

REGIÃO CENTRO



BOLETIM TRIMESTRAL

INFORMAÇÃO REPORTADA AO QUARTO TRIMESTRE DE 2010

09



[índice]

CONJUNTURA

- 02** Enquadramento Nacional
- 04** Mercado de Trabalho
- 10** Desemprego Registado
- 12** Empresas
- 13** Comércio Internacional de Bens
- 16** Turismo
- 17** Construção e Habitação
- 19** Preços e Consumo Privado
- 21** Políticas Públicas na Região Centro
- 26** Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP 2007-2013)

DINÂMICAS REGIONAIS NA REGIÃO CENTRO

- 28** Estratégia Europa 2020:
O Posicionamento da Região Centro

[ficha técnica]

Editor: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro | Responsável Técnico: Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional | Data de Edição: Março de 2011 | Fotografia da capa: Vítor Ribeiro | Design Gráfico: DallDesign, Unipessoal Lda. | Impressão: QUILATE - Artes Gráficas, Lda | ISSN: 1647-3612

boletimtrimestral@ccdr.pt
www.ccdrc.pt





Ano de 2010

O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 1,4% no ano de 2010, contrastando com o decréscimo homólogo de 2,5% registado em 2009. Este aumento do PIB nacional resultou do crescimento da procura interna mas também da procura externa, que aumentou devido a um crescimento mais intenso das exportações do que das importações.

No mercado de trabalho, entre 2009 e 2010, assistiu-se a uma diminuição da taxa de emprego e a um aumento da taxa de desemprego, tanto em Portugal como na Região Centro. A diminuição da taxa de emprego deveu-se essencialmente à diminuição do emprego masculino e nos grupos etários dos 15 aos 24 anos e dos 65 ou mais anos. Relativamente ao desemprego, em 2010, a taxa média de desemprego nacional foi 10,8% e a regional 7,7% (9,5% e 6,9%, respectivamente, em 2009). A par com o crescimento do desemprego, registou-se um aumento do nível geral de preços no ano de 2010.

No comércio internacional de bens, o ano 2010 ficou marcado por uma forte recuperação no movimento de saídas e de entradas, sobretudo no que respeita aos fluxos com mercados extra-comunitários. Apesar dos resultados positivos nas relações comerciais com o exterior, verificaram-se grandes dificuldades no sector empresarial. Por um lado, assistiu-se a uma diminuição no número de empresas constituídas e a um aumento das acções de insolvência, embora em ambos os casos menos intensas do que em 2009. Por outro lado, evidenciaram-se dificuldades nas relações das empresas com as instituições financeiras: maior dificuldade de acesso a financiamento e maior valor de crédito vencido.

Quarto Trimestre de 2010

No quarto trimestre de 2010 e à semelhança dos restantes trimestres do ano, o Produto Interno Bruto registou um aumento homólogo de 1,2% que se deveu a uma melhoria na procura interna e na procura externa. No entanto, verificaram-se novos agravamentos na taxa de desemprego nacional (que aumentou para 11,1%) e no nível geral dos preços, originando uma quebra na confiança dos consumidores e na percepção dos empresários relativamente à actividade económica.

No quarto trimestre de 2010 evidenciou-se um recuo na taxa de actividade (mais expressivo na Região Centro do que em Portugal) e na taxa de emprego (a mais reduzida desde 1998). Simultaneamente, a taxa de desemprego regional fixou-se em 7,7%, tendo afectado 102,5 mil desempregados, em particular, as mulheres, os indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos e os que estão em situação de desemprego há 12 meses ou mais.

No sector empresarial, verificaram-se fortes constrangimentos sentidos de forma mais vincada na Região Centro do que a nível nacional. Registou-se uma diminuição da constituição de novas empresas a par de um aumento das acções de insolvência. Ao nível do financiamento, verificou-se uma diminuição dos empréstimos concedidos às empresas bem como um aumento do crédito vencido. Também a actividade comercial dos operadores da Região Centro com outros países registou algum abrandamento, nomeadamente nos movimentos de entradas e de saídas de bens apenas para mercados intra-comunitários.

Até 31 de Dezembro de 2010, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), foram aprovados 9.284 projectos de investimento na Região Centro que representavam um investimento total de 9,4 mil milhões de euros e cerca de 3,9 mil milhões de euros de fundos comunitários. No Programa Operacional Regional – Mais Centro, até ao final de 2010, tinham sido aprovados 1.877 candidaturas, a que correspondia uma comparticipação de FEDER de 1,2 mil milhões de euros. No final do ano, a taxa de execução no Mais Centro era de 15,4%, sendo a mais elevada das regiões de convergência.

[CONJUNTURA]

ENQUADRAMENTO NACIONAL

Ano de 2010

O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 1,4% em volume no ano de 2010, invertendo o decréscimo homólogo de 2,5% registado em 2009. O aumento do PIB nacional em 2010 resultou não só do crescimento da procura interna, nomeadamente da componente das despesas de consumo final das famílias, mas também da procura externa, que aumentou devido a um crescimento mais intenso das exportações do que das importações.

Quarto Trimestre de 2010

No quarto trimestre de 2010, o Produto Interno Bruto voltou a crescer em termos homólogos (1,2%), resultado de uma melhoria na procura interna e na procura externa. No entanto, a taxa de desemprego nacional registou um novo agravamento, fixando-se em 11,1% e o nível geral dos preços aumentou. Como consequência, as percepções dos consumidores e dos empresários foram mais negativas neste trimestre.

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		4T10	3T10	2T10	1T10	4T09	2010	2009
PIB ¹	v. h. (%)	1,2	1,4	1,3	1,7	- 1,0	1,4	- 2,5
Procura interna	v. h. (%)	0,5	- 0,5	2,2	1,2	- 1,9	0,8	- 2,9
Consumo das famílias	v. h. (%)	0,9	1,6	2,9	2,7	0,2	2,0	- 1,0
Taxa de investimento	%	18,4	18,8	19,0	19,0	19,7	18,8	20,2
Exportações	v. h. (%)	8,1	8,6	9,2	8,8	- 1,3	8,7	- 11,6
Importações	v. h. (%)	4,5	1,6	9,9	5,6	- 3,7	5,3	- 10,6
VAB	v. h. (%)	0,7	1,1	1,4	1,9	- 0,7	1,3	- 2,3
Taxa de desemprego	%	11,1	10,9	10,6	10,6	10,1	10,8	9,5
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	2,4	1,9	1,0	0,3	- 0,7	1,4	- 0,8
Indicador de confiança dos consumidores	%	- 50,2	- 37,4	- 40,1	- 35,4	- 30,0	40,8	- 38,5
Indicador de clima económico	%	- 0,6	0,0	- 0,1	- 0,6	- 0,3	- 0,3	- 1,7
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,359	1,291	1,273	1,384	1,478	1,327	1,393
	v. h. (%)	- 8,0	- 9,8	- 6,5	6,3	12,3	- 4,8	- 5,3

USD - Dólar dos Estados Unidos; EUR - Euro

No quarto trimestre de 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) nacional aumentou 1,2% face ao trimestre homólogo de 2009² (Quadro 1). O crescimento do PIB deveu-se neste trimestre aos contributos positivos da procura interna e da procura externa.

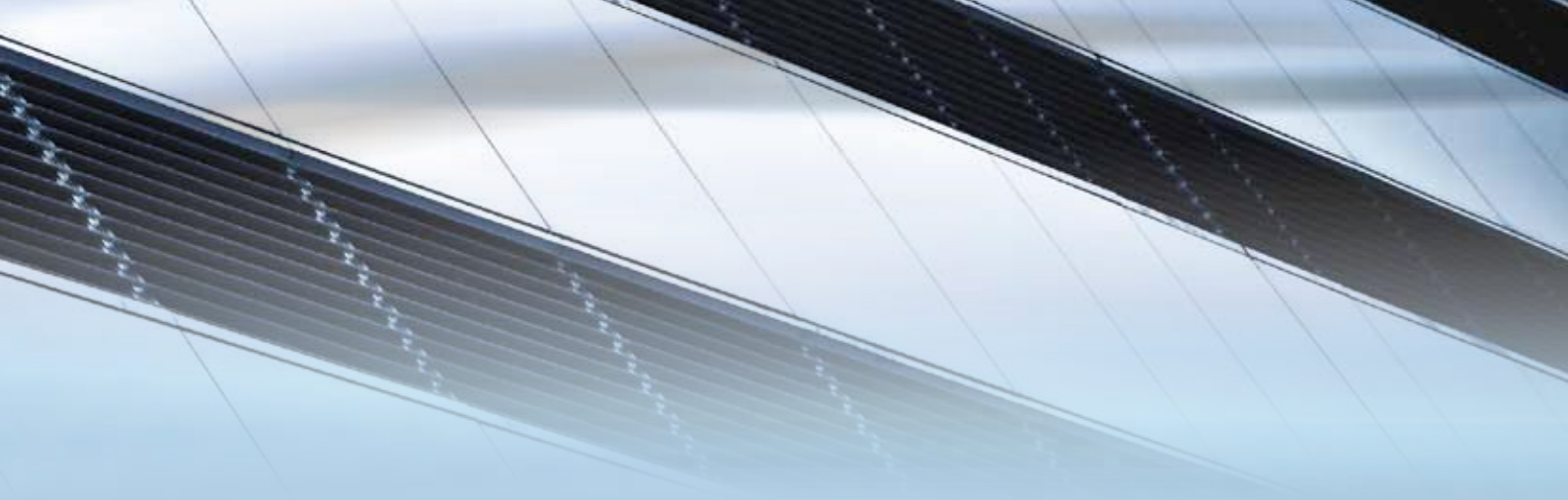
A procura interna aumentou 0,5% face ao quarto trimestre de 2009, resultado em grande parte do aumento verificado no consumo das famílias, uma vez que o investimento voltou a diminuir. A taxa de investimento (investimento em percentagem do PIB) foi, neste trimestre, de 18,4%, registando um novo mínimo deste indicador para a série iniciada em 1995³.

No que respeita ao mercado externo, no quarto trimestre de 2010, verificou-se um aumento homólogo tanto das exportações como das importações, mantendo assim as variações homólogas positivas registadas nos restantes trimestres do ano e contribuindo para a inversão dos decréscimos iniciada no início de 2010. Neste trimestre, as exportações cresceram 8,1% e as importações 4,5%, em termos

¹Dados adaptados em cada boletim à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais.

²Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste; Variação homóloga percentual real – v.h.real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2008), ou outro indicador mais apropriado.

³O ano de 1995 marca o início da nova série das Contas Nacionais Trimestrais que tem como ano base de referência 2006.



homólogos. De salientar que embora as exportações tenham aumentado, registaram o menor acréscimo homólogo do ano. Já as importações registaram uma aceleração face ao trimestre anterior, passando de uma variação homóloga de 1,6% no terceiro trimestre de 2010 para 4,5% neste quarto trimestre. De qualquer modo, o facto das exportações terem crescido de forma mais intensa que as importações traduziu-se num contributo positivo para o crescimento do PIB.

Relativamente ao lado da oferta, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) gerado aumentou, em termos homólogos, 0,7%. O crescimento do VAB, embora positivo, foi inferior ao observado nos restantes trimestres do ano. O VAB apenas registou uma variação homóloga negativa nos ramos da “construção” (-3,6%) e da “agricultura, silvicultura e pescas” (-1,3%). Com crescimentos homólogos positivos e acima de 2%, destacaram-se neste trimestre a indústria com o maior aumento (2,8%), a “energia, água e saneamento” (2,0%) e o “comércio e reparação de veículos; restauração e alojamento” (2,0%).

No mercado de trabalho nacional, no quarto trimestre de 2010, a taxa de desemprego voltou a aumentar, fixando-se em 11,1%, o valor mais elevado desde o início da série iniciada em 1998. A taxa de desemprego nacional agravou-se 0,2 pontos percentuais (p.p.) face ao trimestre anterior e 1,0 p.p. face ao homólogo.

No que respeita ao comportamento dos preços, verificou-se um novo agravamento, no quarto trimestre de 2010 com o Índice de Preços no Consumidor (IPC) a registar o maior aumento homólogo do ano (2,4%). O nível médio dos preços observou um decréscimo homólogo em apenas três classes de bens (as mesmas que registaram um decréscimo no trimestre anterior): “comunicações” (-1,9%), “vestuário e calçado” (-1,6%) e “saúde” (-1,1%). As restantes nove das 12 classes de bens do IPC registaram um acréscimo homólogo do nível médio dos preços, tendo-se destacado com um crescimento superior a 5% as classes “bebidas alcoólicas e tabaco” (5,9%), “transportes” (5,6%) e “habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis” (5,2%). Acima da variação homóloga do IPC total (2,4%), encontrava-se ainda a classe dos “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” que cresceu 2,7%.

No quarto trimestre de 2010, as percepções dos agentes económicos deterioraram-se face ao trimestre homólogo e face ao trimestre anterior. As expectativas dos consumidores foram neste quarto trimestre muito negativas, após a melhoria observada no trimestre anterior, a avaliar pelo indicador de confiança dos consumidores⁴ do Instituto Nacional de Estatística (INE). Este indicador registou no mês de Novembro de 2010 o menor valor negativo registado desde Fevereiro de 2009. A confiança dos empresários relativamente à actividade económica também diminuiu no quarto trimestre de 2010, voltando a registar valores negativos no indicador de clima económico⁵ do INE.

Uma última nota ainda relativa à evolução da taxa de câmbio do euro face ao dólar (USD/Euro). No quarto trimestre de 2010, a taxa de câmbio⁶ do euro face ao dólar (USD/Euro) registou uma variação homóloga negativa de 8,0%, assistindo-se assim a uma nova desvalorização do euro face ao seu valor no trimestre homólogo. Esta desvalorização resultou num aumento da competitividade das exportações portuguesas no mercado internacional fora da União Europeia (UE) dado que igual quantidade de bens exportados era agora mais barata. No entanto, é de referir que, face ao trimestre anterior, se assistiu a uma valorização do euro face ao dólar que pode ter potenciado entre os dois últimos trimestres do ano uma redução da competitividade das exportações pelo efeito do aumento de preços nos mercados extra-comunitários.

⁴ O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião.

⁵ O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores mas que retrata as expectativas dos empresários.

⁶ A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

MERCADO DE TRABALHO

Ano de 2010

A taxa de actividade (15 e mais anos), em termos médios anuais, assumiu, no ano 2010, um valor idêntico ao do ano anterior: 61,9% em Portugal e 65,6% na Região Centro⁷. Já ao nível da taxa de emprego foi constatada uma redução tendo-se registado o menor valor, tanto a nível nacional (55,2%) como regional (60,6%) desde que o Instituto Nacional de Estatística (INE) iniciou a divulgação da nova série de dados, em 1998. A taxa de desemprego média do ano 2010 cifrou-se em 10,8%, em Portugal e 7,7% na Região Centro, valores superiores aos verificados no ano anterior. O acréscimo constatado é a tradução do aumento na população desempregada que, na Região Centro, afectou de forma particular as mulheres (22,1%), os indivíduos com 45 anos ou mais (19,4%) e os desempregados há 12 meses ou mais (40,9%).

Quarto Trimestre de 2010

As taxas de actividade apuradas no quarto trimestre de 2010 evidenciaram um recuo, mais expressivo na Região Centro do que em Portugal, tendo-se posicionado em 64,9% e 61,7%, respectivamente. Ao nível do emprego foi registada uma contracção no último trimestre de 2010, registando-se a taxa de emprego mais reduzida desde 1998. Simultaneamente, a taxa de desemprego regional cifrou-se, no quarto trimestre de 2010, em 7,7%, tendo afectado 102,5 mil desempregados, em particular, as mulheres, os indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos e aqueles que estão em situação de desemprego há 12 meses ou mais.

No quarto trimestre de 2010, a taxa de actividade (15 e mais anos)⁸ em Portugal e na Região Centro continuou o percurso descendente que vinha a evidenciar desde o início do ano (Quadro 2). Na Região Centro, a taxa de actividade apurada no quarto trimestre, foi a mais baixa desde o ano 2000, tendo-se fixado em 64,9%. A quebra registada deveu-se em particular aos activos homens uma vez que a taxa de actividade masculina, neste trimestre, atingiu o valor mais baixo desde o início da publicação desta série de dados (1998). A população feminina também tem vindo a registar reduções na sua taxa de actividade, desde o início do ano 2010.

A população activa⁹ da Região Centro registou uma nova redução trimestral no quarto trimestre de 2010, posicionando-se nos 1.332,5 mil indivíduos. Também em termos homólogos foi visível uma quebra na população activa (-1,1%), a qual foi mais acentuada do que a verificada no terceiro trimestre de 2010. Esta redução foi motivada pelos indivíduos empregados, que diminuíram 1,5% face ao quarto trimestre de 2009. Simultaneamente, constatou-se um aumento homólogo dos desempregados, mais significativo que no trimestre anterior, que atingiu 4,7%.

Na Região Centro, a população inactiva¹⁰ evidenciou um crescimento no quarto trimestre de 2010, quer face ao trimestre anterior, quer face ao trimestre homólogo (1,1%). A variação homóloga resultou principalmente, de um aumento no número de “domésticos” (9,0%). Os estudantes, apesar da diminuição registada face ao trimestre homólogo (-1,2%), registaram uma recuperação numérica significativa, comparativamente com os trimestres anteriores.

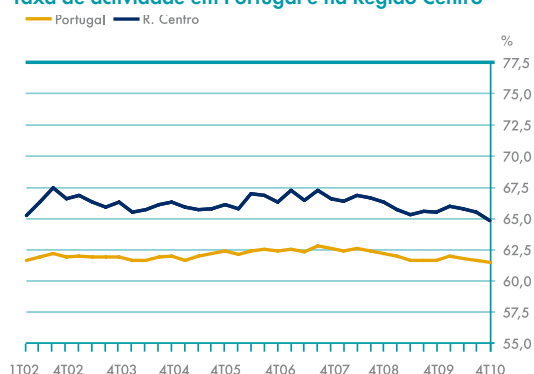
⁷ A análise efectuada à Região Centro refere-se sempre a 100 municípios, pois é para esta NUTS II que são construídos e disponibilizados os dados do INE e da maior parte das outras fontes estatísticas utilizadas neste boletim.

⁸ A taxa de actividade (15 e mais anos), de acordo com o INE, “permite definir a relação entre população activa e a população em idade activa (com 15 e mais anos de idade)”.

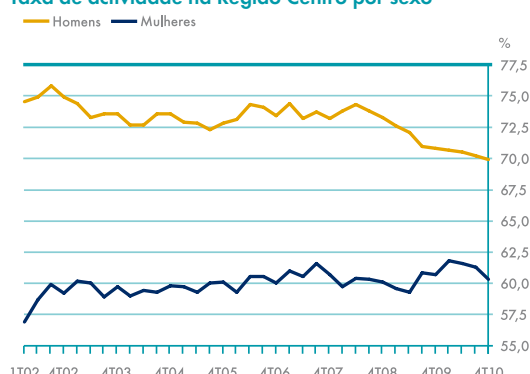
⁹ Segundo o INE, toma-se como população activa “o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)”.

¹⁰ A população inactiva é “o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente activos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório”.

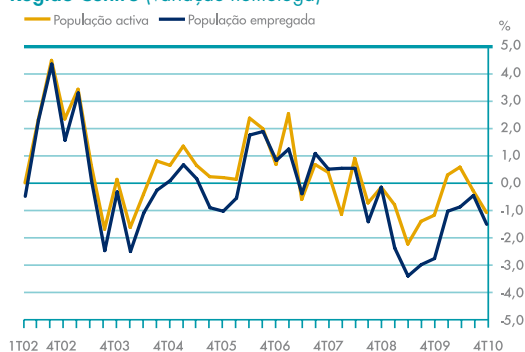
Taxa de actividade em Portugal e na Região Centro



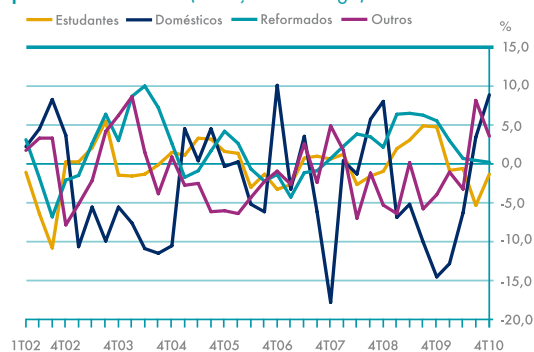
Taxa de actividade na Região Centro por sexo



População activa e população empregada na Região Centro (variação homóloga)



População inactiva na Região Centro por condição perante o trabalho (variação homóloga)



Quadro 2 – Actividade

		4T10	3T10	2T10	1T10	4T09	2010	2009	
		média trimestral							
Taxa de actividade (15 e mais anos)									
Portugal	%	61,7	61,8	61,9	62,1	61,8	61,9	61,9	
Região Centro	%	64,9	65,6	65,9	66,1	65,6	65,6	65,6	
	v. h. (p.p.)	-0,7	-0,1	0,5	0,3	-0,8	0,0	-1,6	
Homens	%	69,9	70,2	70,5	70,7	70,8	70,4	71,6	
Mulheres	%	60,3	61,3	61,6	61,8	60,7	61,2	60,1	
População activa – Região Centro									
	milhares	1.332,5	1.345,5	1.350,8	1.355,3	1.347,1	1.346,0	1.347,8	
	v. h. (%)	-1,1	-0,3	0,6	0,3	-1,2	-0,1	-1,4	
Empregados									
	milhares	1.230,0	1.246,3	1.246,8	1.248,1	1.249,2	1.242,8	1.255,1	
	v. h. (%)	-1,5	-0,5	-0,9	-1,0	-2,8	-1,0	-2,9	
Desempregados									
	milhares	102,5	99,2	104,0	107,2	97,9	103,2	92,7	
	v. h. (%)	4,7	1,8	22,1	18,8	25,0	11,4	24,4	
População inactiva – Região Centro									
	milhares	1.047,2	1.034,1	1.028,4	1.024,4	1.036,2	1.033,5	1.035,2	
	v. h. (%)	1,1	0,1	-1,1	-0,7	1,5	-0,2	1,8	
Estudantes									
	milhares	387,0	364,9	378,1	384,8	391,8	378,7	386,0	
	v. h. (%)	-1,2	-5,2	-0,4	-0,7	4,8	-1,9	3,8	
Domésticos									
	milhares	101,0	101,9	97,9	95,5	92,7	99,1	101,3	
	v. h. (%)	9,0	3,6	-6,2	-12,8	-14,5	-2,2	-9,0	
Reformados									
	milhares	374,0	370,9	371,1	369,0	373,1	371,2	367,0	
	v. h. (%)	0,2	0,5	0,8	3,1	5,6	1,1	6,3	
Outros									
	milhares	185,1	196,5	181,3	175,0	178,6	184,5	181,0	
	v. h. (%)	3,6	8,3	-3,2	-1,0	-3,9	1,9	-3,9	

A taxa de emprego¹¹ atingiu, no quarto trimestre de 2010 recuou, face a igual período do ano anterior, 0,9 p.p., posicionando-se, pela primeira vez desde o início da publicação da nova série de dados (1998) abaixo dos 60% (Quadro 3). A população feminina foi responsável por esta situação já que a taxa de emprego das mulheres (a qual atingiu 54,6%, no quarto trimestre de 2010) evidenciou um decréscimo homólogo de 1,9 p.p., contrariamente ao acréscimo de 0,3 p.p. verificado na taxa de emprego masculina. Por grupo etário, verificou-se o decréscimo da taxa de emprego regional, tanto nos indivíduos dos 15 aos 24 anos, como na população com 65 ou mais anos.

A redução ocorrida na taxa de emprego da Região Centro traduziu o decréscimo na população empregada no último trimestre de 2010. O número de empregados neste trimestre fixou-se em 1.230 mil indivíduos, valor 1,5% inferior ao registado em igual período do ano anterior. A população empregada feminina foi quem contribuiu significativamente para a variação negativa registada uma vez que observou um decréscimo homólogo de 3,6%, enquanto que a população empregada masculina aumentou 0,4%. Ao nível da desagregação da população empregada por idades verificou-se um decréscimo generalizado relativamente ao último trimestre do ano anterior. No entanto, o maior contributo para a taxa de variação homóloga do emprego proveio dos indivíduos na faixa etária dos 25 aos 44 anos, apesar dos empregados com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos terem registado a redução homóloga mais expressiva (-4,7%). Já no que respeita à distribuição da população empregada por sector de actividade, o maior decréscimo face ao quarto trimestre de 2009 foi observado na “agricultura, floresta, caça, pesca e produção

¹¹ A taxa de emprego é dada pelo quociente entre a população empregada e a população com mais de 15 anos de idade.

animal”. Inversamente, as “actividades financeiras, imobiliárias, científicas e serviços prestados às empresas” impulsionaram o volume de emprego na medida em que registaram mais 21,3% de empregados do que em igual período do ano anterior.

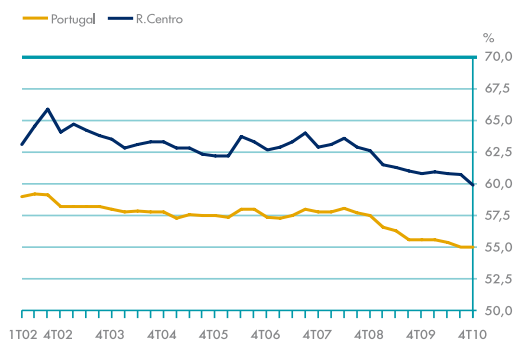
No quarto trimestre de 2010, a redução homóloga verificada nos trabalhadores por conta própria (-7,6%), devido à diminuição dos trabalhadores isolados (-10,1%) foi preponderante para a redução constatada no emprego da Região Centro uma vez que, ao nível dos trabalhadores por conta de outrem, se constatou um crescimento de 1,2%, em relação a igual período do ano anterior.

O crescimento homólogo dos trabalhadores por conta de outrem, verificado no quarto trimestre de 2010, deveu-se exclusivamente aos contratados sem termo, os quais aumentaram 2,7%, já que os trabalhadores contratados com termo registaram uma diminuição de 5,1%. No que respeita à duração do trabalho, assistiu-se a uma redução dos trabalhadores a tempo parcial (-12,9%), mais significativa do que no trimestre anterior, em contraposição com o crescimento de 2,2% verificado nos indivíduos empregados a tempo completo. Em relação às habilitações literárias dos trabalhadores por conta de outrem, neste trimestre, destacou-se o aumento homólogo dos trabalhadores sem qualquer grau de escolaridade (1,7%), invertendo assim a tendência de redução homóloga observada nos trimestres anteriores.

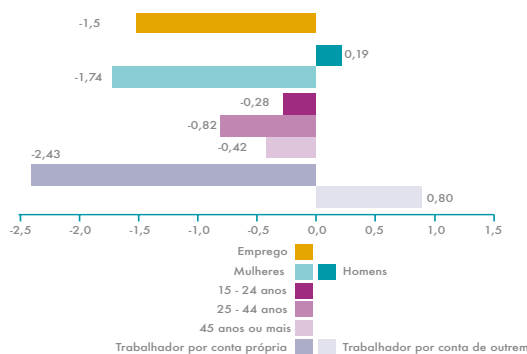
¹² “A contribuição de uma dada componente para a variação homóloga de um determinado agregado populacional no trimestre t é calculada como a variação homóloga (absoluta) dessa componente em relação ao nível inicial (do trimestre homólogo) do agregado em causa. Por exemplo, sendo A a população activa, E a população empregada e D a população desempregada, os contributos (em %) da variação homóloga da população empregada e da população desempregada para a variação homóloga da população activa são, respectivamente, dados por $[(E_t - E_{t-4})/A_{t-4}] * 100$ e $[(D_t - D_{t-4})/A_{t-4}] * 100$, em que t é o trimestre. A soma dos contributos das várias componentes de um agregado iguala a taxa de variação homóloga desse agregado. Neste exemplo, a soma dos contributos das duas componentes, emprego e desemprego, iguala a taxa de variação homóloga da população activa”.

¹³ Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em “Trabalhadores por conta de outrem”, “Trabalhadores por conta própria”, “Trabalhadores familiares não remunerados” e “Outra situação”.

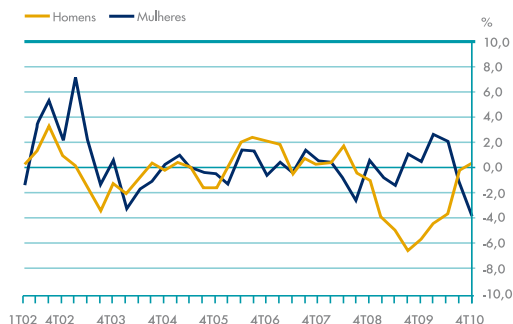
Taxa de emprego em Portugal e na Região Centro



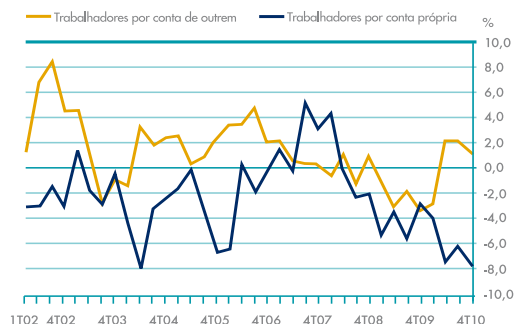
Contributos¹² para a taxa de variação homóloga do emprego na Região Centro (%)



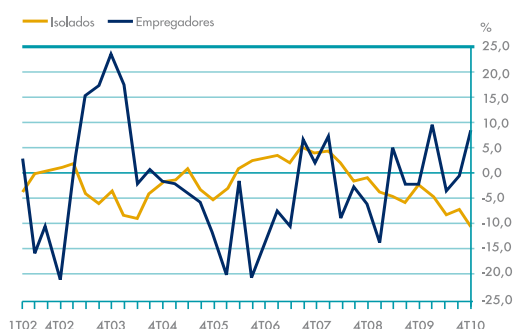
População empregada na Região Centro por sexo (variação homóloga)



População empregada na Região Centro por situação na profissão¹³ (variação homóloga)



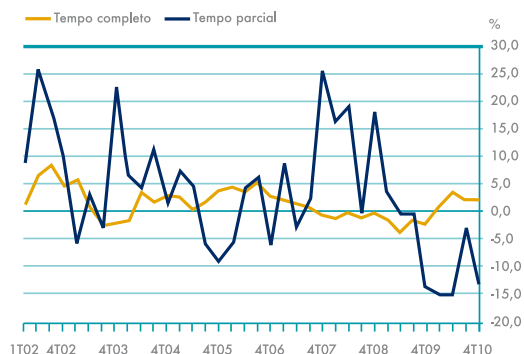
População empregada por conta própria na Região Centro (variação homóloga)



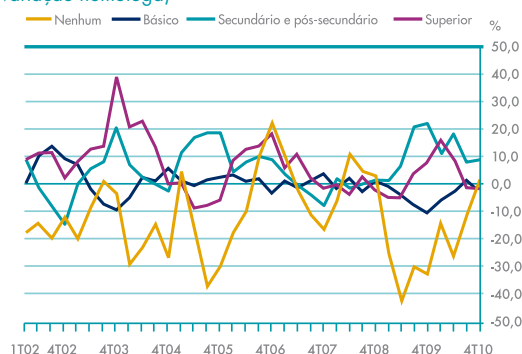
População empregada por conta de outrem na Região Centro por contrato de trabalho (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem na Região Centro por regime de duração de trabalho (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem na Região Centro por nível de escolaridade mais elevado completo (variação homóloga)



Quadro 3 – Emprego

		4T10	3T10	2T10	1T10	4T09	2010	2009	
								média trimestral	
Taxa de emprego (15 e mais anos)									
Portugal		%	54,8	55,0	55,4	55,6	55,6	55,2	56,0
Região Centro		%	59,9	60,7	60,8	60,9	60,8	60,6	61,2
	v. h. (p.p.)		- 0,9	- 0,3	- 0,5	- 0,6	- 1,8	- 0,6	- 1,9
Homens		%	65,7	65,9	65,4	65,4	65,4	65,6	66,9
Mulheres		%	54,6	56,0	56,6	56,7	56,5	56,0	55,8
15 - 24 anos		%	28,5	29,8	30,5	30,5	29,0	29,8	32,1
65 anos ou mais		%	29,5	29,9	30,7	32,0	33,0	30,5	33,1
População empregada – Região Centro		milhares	1.230,0	1.246,3	1.246,8	1.248,1	1.249,2	1.242,8	1.255,0
	v. h. (%)		- 1,5	- 0,5	- 0,9	- 1,0	- 2,8	- 1,0	- 2,9
Homens		v. h. (%)	0,4	- 0,2	- 3,7	- 4,4	- 5,8	- 2,0	- 5,3
Mulheres		v. h. (%)	- 3,6	- 0,7	2,3	2,8	0,6	0,2	- 0,1
15 - 24 anos		v. h. (%)	- 4,7	- 7,2	- 10,0	- 15,8	- 26,9	- 9,7	- 14,1
25 - 44 anos		v. h. (%)	- 1,8	1,6	0,9	- 0,4	- 0,7	0,1	- 2,9
45 anos ou mais		v. h. (%)	- 0,9	- 1,4	- 1,2	0,6	- 0,7	- 0,7	- 1,1
Agricultura, floresta, caça, pesca e produção animal		v. h. (%)	- 10,6	- 6,7	- 4,7	- 2,6	0,8	- 6,2	- 3,5
Indústria, incluindo energia, gás e água		v. h. (%)	- 2,4	1,8	- 5,7	- 8,1	- 9,1	- 3,7	- 5,9
Construção		v. h. (%)	10,4	- 0,6	- 6,3	- 4,3	- 1,6	- 0,3	- 6,1
Comércio e reparações, alojamento e restauração; transportes e comunicações		v. h. (%)	1,3	4,7	- 0,3	2,5	- 9,4	2,0	- 6,0
Actividades financeiras, imobiliárias, científicas e serviços prestados às empresas		v. h. (%)	21,3	31,1	- 2,5	- 17,0	- 16,0	6,6	- 3,3
Outros serviços		v. h. (%)	- 3,7	- 6,5	9,3	8,4	8,9	1,6	5,5
Trabalhadores por conta de outrem		milhares	845,6	859,1	855,8	841,0	835,6	850,4	839,9
	v. h. (%)		1,2	2,1	2,1	- 0,4	- 3,4	1,2	- 2,6
Contratos sem termo		v. h. (%)	2,7	- 0,4	0,1	- 3,5	- 4,2	- 0,3	- 1,5
Contratos com termo		v. h. (%)	- 5,1	10,6	13,4	14,4	0,9	8,0	- 4,4
Tempo completo		v. h. (%)	2,2	2,4	3,4	0,7	- 2,6	2,2	- 2,6
Tempo parcial		v. h. (%)	- 12,9	- 2,9	- 15,0	- 15,2	- 13,9	- 11,9	- 3,1
Nenhum grau de escolaridade		v. h. (%)	1,7	- 11,0	- 27,2	- 14,0	- 33,1	- 12,9	- 33,4
Básico		v. h. (%)	- 0,9	1,0	- 2,9	- 6,1	- 10,4	- 2,3	- 5,7
Secundário e pós-secundário		v. h. (%)	9,7	8,9	18,3	11,2	21,9	11,9	12,5
Superior		v. h. (%)	- 0,9	- 0,7	8,5	15,0	7,5	5,2	0,0
Trabalhadores por conta própria		milhares	368,9	373,5	377,4	392,6	399,2	378,1	402,3
	v. h. (%)		- 7,6	- 6,2	- 7,6	- 2,7	- 2,9	- 6,2	- 4,4
Isolados		v. h. (%)	- 10,1	- 7,2	- 8,2	- 4,6	- 2,9	- 7,5	- 4,5
Empregadores		v. h. (%)	8,6	- 0,7	- 3,7	9,5	- 2,7	3,2	- 3,8

Após se ter observado uma quebra, do segundo para o terceiro trimestre do ano, a taxa de desemprego¹⁴ regional retomou o sentido ascendente, atingindo, novamente, 7,7%, no último trimestre do ano (Quadro 4). Já a nível nacional manteve-se a trajectória ascendente, tendo a taxa de desemprego alcançado o valor de 11,1%, no quarto trimestre de 2010, o mais elevado desde 1998. A evolução desfavorável do desemprego regional, no quarto trimestre de 2010, afectou de forma particular as mulheres que evidenciaram uma taxa de desemprego de 9,4%, contrastando com as variações da taxa de desemprego masculina que não sofreu alteração face ao trimestre anterior e decresceu relativamente ao homólogo. No que respeita à idade, os indivíduos entre os 15 e os 24 anos foram os únicos que verificaram um decréscimo da taxa de desemprego, a qual, apesar de ter sido a mais elevada de todos os grupos etários, evidenciou uma contracção importante, em termos homólogos de 3,8 p.p. e de 2,5 p.p., face ao terceiro trimestre de 2010, passando para 17,4%.

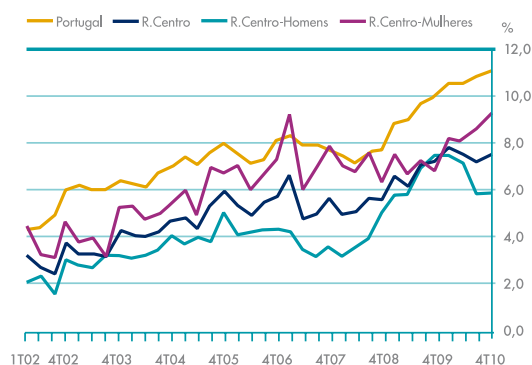
Na Região Centro, no quarto trimestre, existiam 102,5 mil desempregados, o que, em termos médios anuais contribuiu para que o número de desempregados se fixasse nos 103,2 milhares, valor 11,4% superior ao do ano 2009. No quarto trimestre observou-se um crescimento homólogo de desempregados mais moderado, denotando uma desaceleração no ritmo de crescimento dos dois últimos trimestres comparativamente com a primeira metade do ano. O contributo determinante foi dado pela população feminina cujo nível de desemprego aumentou 35,8% face a igual período do ano anterior. Também os indivíduos da faixa etária dos 25 aos 44 contribuíram de forma significativa para a variação homóloga do número de desempregados, tendo registado uma variação de 16,5%, face ao último trimestre de 2009. Simultaneamente, os desempregados mais jovens (15-24 anos) constataram uma redução significativa (-25,2%), relativamente ao quarto trimestre de 2009, invertendo o sentido das variações homólogas positivas verificadas nos trimestres anteriores e conduzindo a que, em termos médios anuais, se tivesse registado também um decréscimo homólogo (0,6%).

Os desempregados à procura do primeiro emprego também evidenciaram um decréscimo homólogo (-9,7%), no quarto trimestre de 2010, em oposição ao verificado no trimestre anterior. Contrariamente, os indivíduos que se encontravam à procura de novo emprego aumentaram face a igual período de 2009 e de forma mais significativa que a observada no trimestre precedente. No que respeita ao período de duração do desemprego¹⁵, constatou-se uma situação diferenciada entre aqueles que estão desempregados há menos de 12 meses, que viram o seu número reduzir-se em 4,1% face ao quarto trimestre de 2009, e os que não encontram emprego há 12 ou mais meses que registaram um acréscimo homólogo de 15,8%.

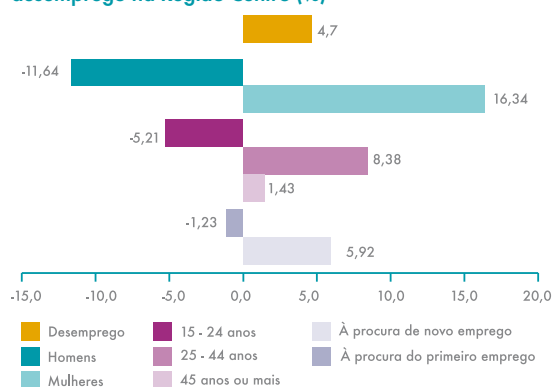
¹⁴ A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população activa.

¹⁵ De acordo com o INE, os indivíduos que deixaram de procurar emprego em virtude de terem encontrado emprego e contarem iniciar funções nos três meses subsequentes à data de realização do inquérito ao emprego, incluem-se no efectivo de desempregados mas, no entanto, não são considerados em termos de desagregação dos desempregados segundo a duração da procura de emprego.

Taxa de desemprego em Portugal e na Região Centro (por sexo)



Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego na Região Centro (%)



Quadro 4 – Desemprego

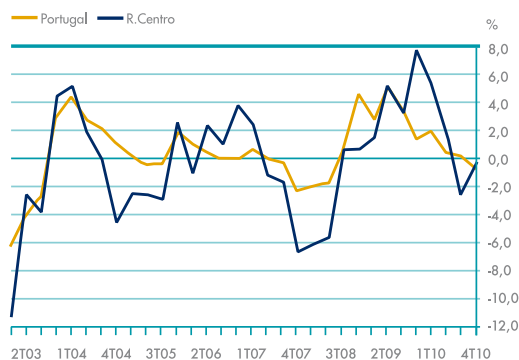
		4T10	3T10	2T10	1T10	4T09	2010	2009
		média trimestral						
Taxa de desemprego								
Portugal	%	11,1	10,9	10,6	10,6	10,1	10,8	9,5
Região Centro	%	7,7	7,4	7,7	7,9	7,3	7,7	6,9
	v. h. (p.p.)	0,4	0,2	1,4	1,2	1,6	0,8	1,5
Homens	%	6,1	6,1	7,3	7,6	7,6	6,8	6,6
Mulheres	%	9,4	8,7	8,1	8,3	6,9	8,6	7,2
15 - 24 anos	%	17,4	19,9	14,9	17,1	21,2	17,3	16,1
25 - 44 anos	%	9,4	8,5	9,5	10,0	8,0	9,3	8,5
45 anos ou mais	%	4,7	4,4	4,9	4,4	4,4	4,6	3,8
População desempregada – Região Centro								
	milhares	102,5	99,2	104,0	107,2	97,9	103,2	92,7
	v. h. (%)	4,7	1,8	22,1	18,8	25,0	11,4	24,4
Homens	v. h. (%)	- 21,4	- 13,6	21,3	25,3	45,4	0,8	59,9
Mulheres	v. h. (%)	35,8	17,6	22,8	13,3	7,2	22,1	1,7
15 - 24 anos	v. h. (%)	- 25,2	23,0	6,3	2,5	74,1	- 0,6	19,4
25 - 44 anos	v. h. (%)	16,5	- 9,6	18,8	22,6	5,7	11,3	30,0
45 anos ou mais	v. h. (%)	5,0	15,6	39,3	21,6	42,3	19,4	16,7
À procura do primeiro emprego	v. h. (%)	- 9,7	7,8	- 17,9	13,5	20,4	- 1,9	- 9,1
À procura de novo emprego	v. h. (%)	6,8	1,0	27,4	19,5	25,7	13,1	30,5
Há menos de 12 meses	v. h. (%)	- 4,1	- 25,8	- 13,5	- 6,9	31,3	- 12,8	28,3
Há 12 meses ou mais	v. h. (%)	15,8	36,8	58,9	56,3	16,3	40,9	21,2

No quarto trimestre de 2010, o salário médio líquido mensal nominal dos trabalhadores por conta de outrem da Região Centro registou um aumento, fixando-se em 710€, apesar de, em termos homólogos e reais ter evidenciado uma redução de 0,7% (Quadro 5). Esta situação foi também verificada para o total nacional.

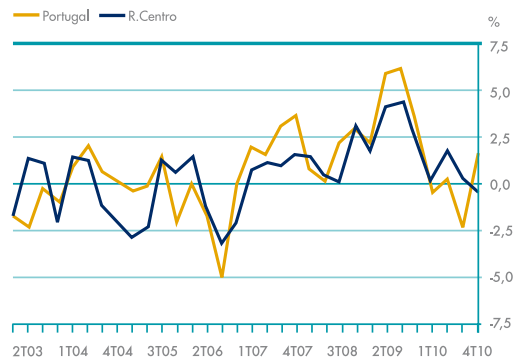
¹⁶ O Índice de Custo do Trabalho definido pelo INE corresponde ao custo médio da mão-de-obra, na óptica do empregador, dado por hora efectivamente trabalhada. Abarca o custo das remunerações directas e principais benefícios (salários, prémios, bónus, etc.) e outros encargos suportados pela entidade patronal.

O Índice de Custo do Trabalho¹⁶, por sua vez, evidenciou um comportamento contrário em Portugal e na Região Centro, no último trimestre de 2010. Assim, enquanto em Portugal se registou um crescimento, em termos homólogos e reais de 1,6%, na Região Centro foi apurado um decréscimo de 0,4%.

Salário médio líquido mensal em Portugal e na Região Centro (variação homóloga real)



Índice de Custo do Trabalho em Portugal e na Região Centro (variação homóloga real)



Quadro 5 – Salários e Custos do Trabalho

		4T10	3T10	2T10	1T10	4T09	2010	2009
		média trimestral						
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)								
Portugal	€	785	777	777	773	770	778	764
	v. h. real (%)	- 0,4	0,2	0,4	1,8	1,4	0,5	3,2
Região Centro	€	710	677	686	694	698	692	677
	v. h. real (%)	- 0,7	- 2,7	1,5	5,3	7,8	0,8	4,5
Índice de Custo do Trabalho								
Portugal	v. h. real (%)	1,6	- 2,2	0,3	- 0,4	1,8	- 0,1	4,1
Região Centro	v. h. real (%)	- 0,4	0,4	1,6	0,0	2,1	0,5	3,2

DESEMPREGO REGISTRADO

Ano de 2010

Segundo os dados disponibilizados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), o desemprego registado na Região Centro em 2010, atingiu, em termos médios, 103 mil indivíduos, representando um acréscimo de 8,6% face ao ano 2009 e traduzindo-se numa taxa de desemprego registado de 6,6%, também ela mais elevada que a do ano anterior. Apesar disso, constatou-se uma redução nos novos desempregados.

Quarto Trimestre de 2010

O desemprego registado no quarto trimestre de 2010 atingiu o nível mais baixo do ano. Consequentemente, a taxa de desemprego registado foi a menor de 2010, embora semelhante à verificada no quarto trimestre de 2009 (6,3%). Também os novos desempregados diminuíram.

O número de desempregados registados nos Centros de Emprego, no quarto trimestre de 2010, manteve a tendência descendente que vinha a evidenciar, conduzindo à menor taxa de desemprego registado¹⁷ ao longo do ano (6,3%). Não obstante, o número de colocações efectuadas pelo IEFP registou o valor mais baixo desde o primeiro trimestre de 2009, evidenciando um recuo homólogo de 9,3% (Quadro 6). Relativamente aos novos desempregados, no quarto trimestre de 2010, verificou-se uma redução face a igual período do ano anterior, tal como vinha sucedendo ao longo do ano.

Quadro 6 – Desemprego Registado

		4T10	3T10	2T10	1T10	4T09	2010	2009
		média trimestral						
Dados do IEFP – Região Centro								
Desemprego registado*	milhares	99,0	101,4	104,8	106,8	98,0	103,0	94,8
	v. h. (%)	1,1	8,1	10,5	15,1	21,0	8,6	22,3
Taxa de desemprego registado	%	6,3	6,5	6,7	6,8	6,3	6,6	6,1
Novos desempregados	milhares	34,1	37,6	31,0	40,0	36,1	35,7	37,7
	v. h. (%)	-5,7	-6,4	-6,4	-3,1	-4,7	-5,3	10,4
Colocações do IEFP	milhares	5,1	7,8	6,9	5,5	5,6	6,3	5,6
	v. h. (%)	-9,3	9,5	29,4	29,3	-4,7	13,3	-8,3

* valores médios trimestrais

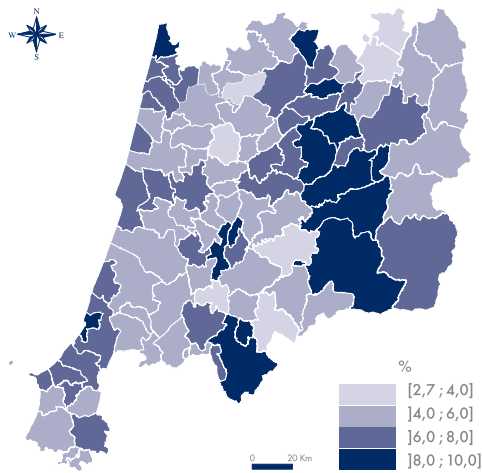
No quarto trimestre de 2010, as sub-regiões Cova da Beira (9,2%), Serra da Estrela (8,7%) e Beira Interior Sul (7,7%) mantiveram-se com os valores mais elevados da taxa de desemprego registado. Em situação oposta, apresentando as taxas mais baixas, neste trimestre, encontravam-se o Pinhal Interior Sul (4,9%) e o Pinhal Litoral (5,1%). Em relação ao trimestre anterior, a evolução da taxa de desemprego registado foi favorável, diminuindo em todas as sub-regiões. Já comparativamente com o quarto trimestre de 2009, apenas no Baixo Vouga, no Dão-Lafões, na Serra da Estrela e no Pinhal Litoral se assistiu a uma redução desta taxa.

Uma análise territorial mais detalhada permite verificar que 38 dos 100 municípios da Região Centro evidenciaram uma taxa de desemprego registado superior à média regional (6,4%), no quarto trimestre de 2010. Destes, são de destacar Covilhã, Vila Nova de Paiva e Gouveia onde se registaram valores superiores a 9%. Vila Nova de Paiva foi, adicionalmente, o município a apresentar o maior crescimento trimestral na taxa de desemprego registado (2,6 p.p). Em situação contrária, ou seja, com reduções na taxa de desemprego em relação ao trimestre anterior, destacaram-se 70% dos municípios. Os níveis mais baixos da taxa de desemprego registado foram atingidos em Oleiros (2,7%), Mortágua (3,0%) e Mêda (3,3%) que, já no trimestre anterior, se tinham evidenciado por deterem das menores taxas.

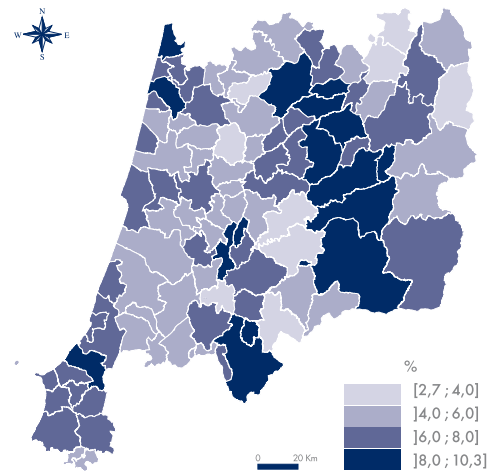
¹⁷ A taxa de desemprego registado foi construída tendo em conta o rácio entre o desemprego registado (dados do IEFP) e a população média no grupo etário dos 15 – 64 anos, por município ou região, no ano de 2009 (dados do INE). Devido à sua fórmula de cálculo, a taxa de desemprego registado não deve, por isso, ser comparada com a taxa de desemprego divulgada pelo INE. No Inquérito ao Emprego realizado pelo INE, os valores referem-se à estimativa efectuada da população desempregada e da população activa. No caso da taxa de desemprego registado, contabilizam-se os indivíduos que se registaram como desempregados no IEFP face ao total da população residente com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos, independentemente de serem considerados ou não população activa.

Em termos homólogos, no quarto trimestre de 2010, constataram-se reduções na taxa de desemprego registado em 41 dos municípios da Região Centro, ou seja, o dobro dos que no trimestre anterior também tinham evidenciado melhorias homólogas. Os decréscimos mais significativos, face a igual período do ano anterior, registaram-se nos municípios de Góis e Vouzela, onde a taxa de desemprego registado recuou mais de 1 p.p.. Em sentido contrário encontravam-se os municípios de Vila de Rei, Oliveira do Hospital, Sardoal e Pampilhosa da Serra os quais evidenciaram um aumento da taxa de desemprego registado superior a 1,2 p.p..

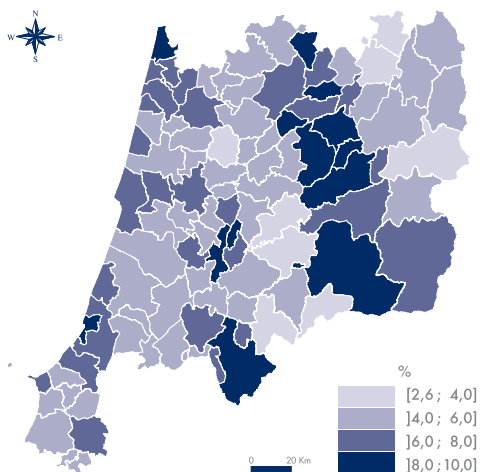
Taxa de desemprego registado no quarto trimestre de 2010



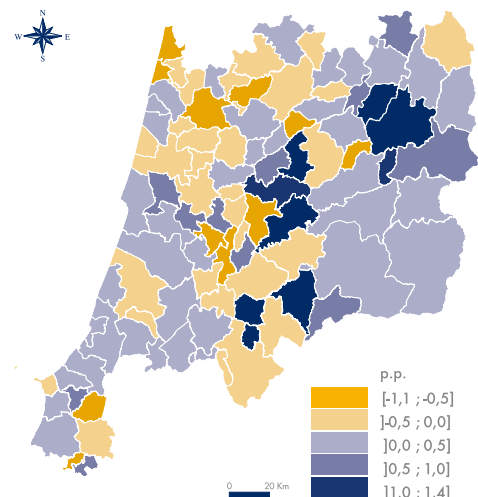
Taxa de desemprego registado no terceiro trimestre de 2010



Taxa de desemprego registado no quarto trimestre de 2009



Varição homóloga da taxa de desemprego registado no quarto trimestre de 2010



EMPRESAS

Ano de 2010

O número de empresas constituídas registou, no ano 2010, uma quebra de 0,4% na Região Centro e 0,3% em Portugal, valores bastante inferiores aos decréscimos registados em 2009. Ao nível do financiamento foi igualmente observado um decréscimo para o qual poderá ter contribuído o aumento do crédito vencido em percentagem do crédito concedido pelas instituições financeiras que atingiu 5,2%, no caso da Região Centro. As acções de insolvência, em termos médios anuais, cresceram de forma acentuada, mantendo-se próximas dos valores já registados em 2009.

Quarto Trimestre de 2010

O quarto trimestre de 2010 continuou a evidenciar a existência de constrangimentos no tecido empresarial, mais pronunciados na Região Centro do que em Portugal. Face a igual período do ano anterior, registou-se, por um lado, uma diminuição na constituição de empresas e do valor real dos empréstimos concedidos às sociedades não financeiras e, por outro, um aumento das acções de insolvência e do peso do crédito vencido no total do crédito concedido.

As empresas constituídas em Portugal e na Região Centro, no quarto trimestre de 2010, registaram uma variação homóloga negativa, mais pronunciada na Região Centro (-3,6%) do que em Portugal (-2,2%), apesar da criação de empresas ter aumentado, em relação ao trimestre anterior (Quadro 7).

A evolução homóloga do financiamento das empresas por parte do sector financeiro, no quarto trimestre de 2010, foi mais penalizadora para as empresas da Região Centro, que registaram um decréscimo real de 2,4%, do que para as empresas nacionais, para as quais a diminuição real foi de 1,9%.

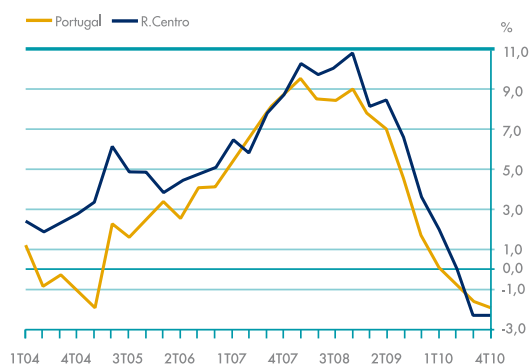
Ao nível do crédito vencido¹⁸, ocorreram situações distintas em Portugal e na Região Centro, no quarto trimestre de 2010. Em Portugal, o peso do crédito vencido no total do crédito concedido foi idêntico ao do trimestre anterior (5,0%). Já na Região Centro assistiu-se ao aumento do crédito vencido, passando este a representar 5,8% do crédito concedido pelo sector financeiro.

No quarto trimestre de 2010, as acções de insolvência¹⁹ continuaram a evidenciar um crescimento significativo, face ao período homólogo, na Região Centro (42,2%) e em Portugal (27,6%), apesar de, a nível nacional, este ter sido inferior ao do trimestre anterior.

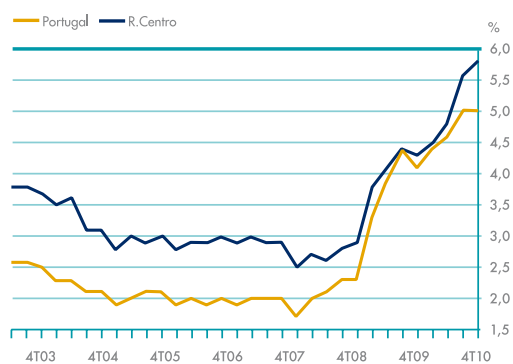
¹⁸ De acordo com o Banco de Portugal, o crédito vencido compreende as situações de créditos cujos prazos de amortização não foram respeitados pelo devedor, ou seja, créditos por regularizar no prazo máximo de 30 dias após o seu vencimento.

¹⁹ A Coface - Serviços Portugal, S.A. disponibiliza as acções de insolvência publicadas em Diário da República de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência – Apresentada, Declarada a Insolvência – Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de acções de insolvência inclui estas quatro classificações.

Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
(variação homóloga real)



Crédito vencido das sociedades não financeiras no total do crédito concedido



Quadro 7 – Empresas

		4T10	3T10	2T10	1T10	4T09	2010	2009
		média trimestral						
Empresas constituídas								
Portugal	número	7.275	6.615	7.529	9.204	7.440	7.656	7.683
	v. h. (%)	- 2,2	- 6,0	0,8	4,8	- 7,3	- 0,3	- 12,6
Região Centro	número	1.333	1.224	1.374	1.754	1.383	1.421	1.427
	v. h. (%)	- 3,6	- 7,1	- 1,7	9,0	0,1	- 0,4	- 7,5
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras								
Portugal	milhões €	122.894	122.997	123.776	122.470	122.387	123.034	122.607
	v. h. real (%)	- 1,9	- 1,6	- 0,7	0,2	1,7	- 1,0	5,2
Região Centro	milhões €	18.950	18.878	19.150	18.940	18.960	18.980	18.858
	v. h. real (%)	- 2,4	- 2,4	0,1	1,8	3,7	- 0,7	6,8
Crédito vencido (em percentagem do crédito concedido)								
Portugal	%	5,0	5,0	4,6	4,4	4,1	4,8	3,9
Região Centro	%	5,8	5,6	4,8	4,5	4,3	5,2	4,2
Acções de Insolvência								
Portugal	número	1.432	1.257	1.498	1.305	1.122	1.373	956
	v. h. (%)	27,6	39,7	64,1	46,8	50,4	43,6	46,9
Região Centro	número	310	261	290	266	218	282	192
	v. h. (%)	42,2	32,5	50,3	66,3	54,6	46,7	50,0

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

Ano de 2010

A actividade comercial internacional registou crescimentos no ano 2010, contrariando os comportamentos negativos verificados em 2009. Estes aumentos foram sentidos com maior intensidade na Região Centro do que em Portugal e foram, em ambos os casos, bastante mais expressivos nas relações comerciais com países não pertencentes à União Europeia. Na Região Centro, o aumento do comércio internacional foi verificado na quase totalidade das secções analisadas.

Quarto Trimestre de 2010

O quarto trimestre de 2010 evidenciou um incremento nas relações comerciais internacionais comparativamente com igual período do ano anterior, em particular com o mercado extra-comunitário, tendo sido mais intenso no caso das saídas do que das entradas de bens. No entanto, na Região Centro verificou-se um abrandamento dos acréscimos nas transacções externas, apesar destes terem sido superiores a nível regional do que nacional.

O valor das saídas de bens dos agentes económicos sediados em território nacional e na Região Centro continuou a registar, em termos reais²⁰, um acréscimo homólogo no quarto trimestre de 2010 (Quadro 8). Na Região Centro, apesar da desaceleração que se tem vindo a constatar desde o segundo trimestre do ano, as saídas cresceram 11,2% face ao último trimestre de 2009. A variação positiva mais significativa ocorreu ao nível do mercado extracomunitário para onde as exportações cresceram, em termos reais, 31,3%. As transacções com o mercado comunitário, embora evidenciando um aumento real homólogo (5,5%), registaram um crescimento significativamente menos pronunciado do que nos restantes trimestres do ano.

²⁰ As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos.

Na Região Centro, no quarto trimestre de 2010, registou-se um acréscimo no valor real de todos os bens que compõem as secções da Nomenclatura Combinada consideradas²¹, com excepção dos “Metais comuns e suas obras” os quais diminuiram 8,2%, acentuando a trajectória descendente que vinham a registar desde o início do ano. Pela positiva é de destacar o crescimento registado nas saídas de produtos das “Indústrias químicas e conexas” que retomou um crescimento homólogo real superior a 45%. Saliente-se igualmente o crescimento homólogo real das saídas de “Produtos vegetais” (38,5%) e de produtos das “Indústrias alimentares, bebidas e tabaco” (37,4%) no quarto trimestre de 2010.

²¹ As secções da Nomenclatura Combinada aqui consideradas foram escolhidas em função dos montantes transaccionados no início de 2008 e no final de 2009, no que toca quer a saídas quer a entradas.

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens – Saídas*

		4T10	3T10	2T10	1T10	4T09	2010	2009
		média trimestral						
Portugal	milhões €	9.732,9	9.228,1	9.148,0	8.659,4	8.407,5	9.192,1	7.942,0
	v. h. real (%)	9,1	8,1	10,6	11,9	- 1,2	9,9	- 14,2
Intra-comunitárias	milhões €	7.285,8	6.819,8	6.897,6	6.559,0	6.331,0	6.890,5	5.990,9
	v. h. real (%)	8,5	8,3	9,1	11,0	3,4	9,2	- 13,1
Extra-comunitárias	milhões €	2.447,1	2.408,3	2.250,5	2.100,5	2.076,5	2.301,6	1.951,1
	v. h. real (%)	11,1	7,5	15,3	14,7	- 13,0	12,0	- 17,4
Região Centro	milhões €	1.835,3	1.807,3	1.905,7	1.749,0	1.556,0	1.824,3	1.445,4
	v. h. real (%)	11,2	17,9	28,2	23,2	- 8,8	19,9	- 20,5
Intra-comunitárias	milhões €	1.356,8	1.383,6	1.485,7	1.357,0	1.212,5	1.395,7	1.128,8
	v. h. real (%)	5,5	15,7	26,9	23,0	- 6,2	17,4	- 22,2
Extra-comunitárias	milhões €	478,6	423,7	420,1	392,0	343,5	428,6	316,6
	v. h. real (%)	31,3	25,6	33,0	23,9	- 17,0	28,5	- 14,1
Totais (intra + extra-comunitárias)								
Produtos animais	v. h. real (%)	27,8	17,6	17,7	30,9	- 19,5	23,6	- 17,7
Produtos vegetais	v. h. real (%)	38,5	62,6	50,0	34,3	- 19,0	44,3	- 15,3
Indústrias alimentares, bebidas e tabaco	v. h. real (%)	37,4	30,8	40,5	7,8	- 19,4	28,9	- 6,8
Indústrias químicas e conexas	v. h. real (%)	45,2	16,7	39,6	45,8	- 16,3	35,7	- 21,2
Plástico, borracha e suas obras	v. h. real (%)	12,1	20,4	71,4	66,0	32,4	38,3	- 5,3
Madeira, carvão vegetal, cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria	v. h. real (%)	14,9	11,0	13,5	17,1	- 17,1	14,1	- 28,8
Pastas de madeira e papel	v. h. real (%)	14,5	20,6	28,3	10,9	13,7	18,4	5,6
Matérias têxteis e suas obras	v. h. real (%)	10,7	7,4	7,8	6,8	- 10,8	8,2	- 19,8
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras	v. h. real (%)	6,5	18,6	20,6	18,3	- 16,1	16,0	- 23,5
Metais comuns e suas obras	v. h. real (%)	- 8,2	14,0	39,8	40,1	0,0	19,8	- 25,6
Máquinas e aparelhos, material eléctrico, aparelhos de som e imagem e suas partes e acessórios	v. h. real (%)	2,6	18,3	16,8	12,1	- 19,5	12,3	- 24,4
Material de transporte	v. h. real (%)	23,4	25,4	28,8	42,3	- 14,1	29,7	- 36,5

* Os valores utilizados para 2008 são dados definitivos, os apresentados para 2009 são dados provisórios e os apresentados para 2010 são dados preliminares (revisitos trimestralmente).

Também ao nível das entradas de bens foi observado um crescimento homólogo real, no quarto trimestre de 2010, o qual foi, contudo, menos pronunciado do que no caso da saída de bens. A nível nacional foi registado um acréscimo, em relação ao último trimestre de 2009, de 2,9%, recuperando face à variação do trimestre anterior (Quadro 9). Na Região Centro o aumento homólogo real de 5,2% traduziu-se num abrandamento do ritmo de crescimento das entradas. O contributo decisivo para o acréscimo registado na região resultou do aumento homólogo real das importações do mercado extra-comunitário (47,9%), o qual compensou o decréscimo verificado ao nível das entradas de países pertencentes à União Europeia. (-1,2%).

A desaceleração das entradas dos operadores sedeados na Região Centro no quarto trimestre de 2010 foi igualmente registada nas diversas secções da Nomenclatura Combinada referenciadas no Quadro 9. Exceptuaram-se apenas as entradas de “Madeira, carvão vegetal, cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria” (38,8%) e “Indústrias químicas e conexas” (31,0%), nas quais se verificou um crescimento homólogo real superior ao do trimestre anterior e ainda as entradas de “Produtos animais” cujo decréscimo homólogo real (-6,3%) não foi tão expressivo como no terceiro trimestre de 2010. As entradas de produtos das “Indústrias alimentares, bebidas e tabaco” evidenciaram o maior decréscimo homólogo real (-33,3%), acentuando a tendência de recuo observada em trimestres anteriores.

Quadro 9 – Comércio Internacional de Bens – Entradas*

		4T10	3T10	2T10	1T10	4T09	2010	2009
		média trimestral						
Portugal	milhões €	15.096,6	13.705,7	14.707,5	13.272,7	13.692,0	14.195,7	12.842,0
	v. h. real (%)	2,9	0,1	11,5	7,3	- 1,8	5,4	- 11,5
Intra-comunitárias	milhões €	11.687,3	10.217,4	10.999,9	10.029,6	10.752,5	10.733,5	10.091,3
	v. h. real (%)	1,4	- 4,5	7,4	1,3	- 0,7	1,4	- 7,0
Extra-comunitárias	milhões €	3.409,4	3.488,4	3.707,6	3.243,2	2.939,5	3.462,1	2.750,6
	v. h. real (%)	8,2	16,8	25,7	31,2	- 5,5	20,0	- 24,8
Região Centro	milhões €	1.438,6	1.453,6	1.538,5	1.351,8	1.275,7	1.445,6	1.229,0
	v. h. real (%)	5,2	13,2	17,3	13,0	- 14,0	12,2	- 22,6
Intra-comunitárias	milhões €	1.173,8	1.187,0	1.245,6	1.135,5	1.108,7	1.185,5	1.050,7
	v. h. real (%)	- 1,2	6,4	13,3	12,5	- 11,3	7,6	- 20,5
Extra-comunitárias	milhões €	264,8	266,7	292,9	216,3	167,0	260,2	178,3
	v. h. real (%)	47,9	57,8	37,4	15,9	- 28,8	39,2	- 32,7
Totais (intra + extra-comunitárias)								
Produtos animais	v. h. real (%)	- 6,3	- 12,3	23,3	12,2	- 1,4	4,0	- 12,5
Produtos vegetais	v. h. real (%)	17,2	52,3	- 3,3	5,8	- 33,5	14,3	- 20,0
Indústrias alimentares, bebidas e tabaco	v. h. real (%)	- 33,3	- 1,1	- 15,1	3,5	10,2	- 12,5	12,5
Indústrias químicas e conexas	v. h. real (%)	31,0	21,7	59,9	27,8	- 8,9	34,0	- 12,9
Plástico, borracha e suas obras	v. h. real (%)	11,7	30,4	16,6	25,9	- 4,7	21,0	- 16,2
Madeira, carvão vegetal, cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria	v. h. real (%)	38,8	30,6	60,2	22,0	- 5,6	38,1	- 12,3
Pastas de madeira e papel	v. h. real (%)	- 4,5	7,3	6,6	0,5	- 3,6	2,5	- 10,0
Matérias têxteis e suas obras	v. h. real (%)	- 1,7	14,7	1,7	5,6	- 8,1	5,0	- 14,3
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras	v. h. real (%)	- 13,1	24,6	12,3	10,9	- 22,1	8,0	- 27,9
Metais comuns e suas obras	v. h. real (%)	4,9	21,2	35,7	29,2	- 10,0	22,0	- 33,9
Máquinas e aparelhos, material eléctrico, aparelhos de som e imagem e suas partes e acessórios	v. h. real (%)	- 0,9	2,6	- 3,3	- 10,8	- 33,9	- 3,2	- 32,9
Material de transporte	v. h. real (%)	5,2	20,1	27,2	38,4	0,1	21,6	- 26,0

* Os valores utilizados para 2008 são dados definitivos, os apresentados para 2009 são dados provisórios e os apresentados para 2010 são dados preliminares (revisados trimestralmente).

TURISMO

Ano de 2010

O ano 2010 foi marcado por uma recuperação em vários indicadores da actividade turística analisados. Em termos médios anuais, no ano de 2010, foi visível um crescimento homólogo de hóspedes, os quais recuperaram do decréscimo sentido em 2009 e, inclusivamente, superaram os valores médios registados em 2008. Em relação às dormidas em estabelecimentos hoteleiros, o crescimento verificado em Portugal não foi suficiente para superar o número médio de dormidas registado em 2008, contrariamente ao verificado na Região Centro que evidenciou o número médio de dormidas mais elevado dos últimos anos.

Quarto Trimestre de 2010

O sector do turismo continuou a tendência de crescimento homólogo, no quarto trimestre de 2010, embora, menos evidente do que no terceiro trimestre de 2010. Na Região Centro, o efeito conjugado do acréscimo do número de hóspedes e de dormidas, comparativamente com o quarto trimestre de 2009, conduziu ao incremento real nos proveitos de aposento.

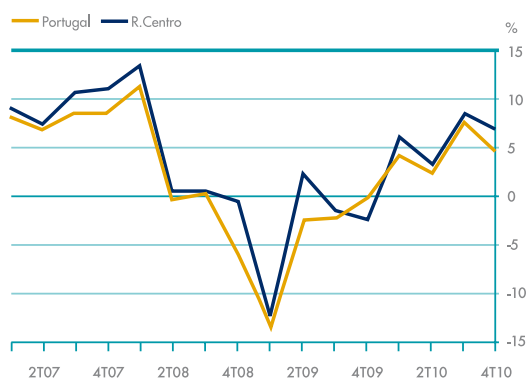
No quarto trimestre de 2010, o número de hóspedes em estabelecimentos hoteleiros manteve a tendência de crescimento homólogo evidenciado nos trimestres precedentes, o qual foi, no entanto, menos acentuado do que no trimestre anterior. Este crescimento foi mais expressivo na região (6,9%) do que a nível nacional (4,8%). Desta forma, neste trimestre, em Portugal, ficaram hospedados 955 mil indivíduos, dos quais, 161 mil ficaram na Região Centro (Quadro 10).

A evolução do número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros foi semelhante à dos hóspedes, no quarto trimestre de 2010, ou seja, registaram-se acréscimos homólogos tanto a nível nacional como regional, embora menos acentuados do que no trimestre anterior, e menos significativos na Região Centro (3,5%) do que em Portugal (4,1%).

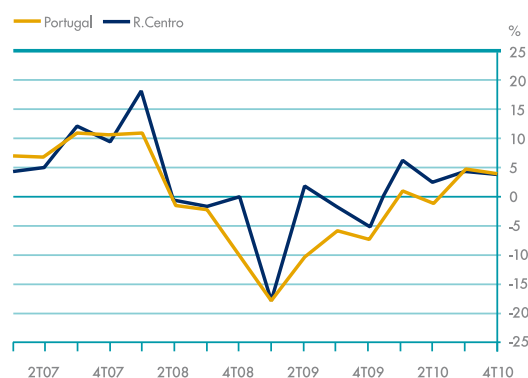
A duração média da estadia de hóspedes, no quarto trimestre de 2010, foi de 2,5 noites em Portugal e de 1,7 noites na Região Centro, o que significou, comparativamente com o período homólogo, igual tempo médio de permanência em estabelecimentos hoteleiros nacionais mas o encurtamento em 0,1 noites no caso de estabelecimentos da Região Centro.

O crescimento homólogo verificado ao nível dos hóspedes e das dormidas, no quarto trimestre de 2010, reflectiu-se nos proveitos dos estabelecimentos hoteleiros, totais e de aposento que aumentaram, na Região Centro, 3,8% e 5,5% em relação a igual período do ano anterior.

Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros em Portugal e na Região Centro (variação homóloga)



Proveitos totais (variação homóloga real)



Quadro 10 – Turismo		4T10	3T10	2T10	1T10	4T09	2010	2009
		média trimestral						
Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	milhares	955	1.567	1.226	779	912	1.132	1.077
	v. h. (%)	4,8	7,6	2,5	4,4	0,1	5,0	-3,9
Região Centro	milhares	161	248	192	125	150	181	170
	v. h. (%)	6,9	8,6	3,4	6,1	-2,4	6,4	-2,8
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	milhares	2.378	4.855	3.276	1.990	2.285	3.125	3.038
	v. h. (%)	4,1	6,6	-2,4	1,8	-4,9	2,9	-7,1
Região Centro	milhares	275	481	347	206	266	327	312
	v. h. (%)	3,5	6,4	2,2	7,3	-4,6	4,8	-3,4
Estada média								
Portugal	n.º noites	2,5	3,1	2,7	2,6	2,5	2,8	2,8
Região Centro	n.º noites	1,7	1,9	1,8	1,6	1,8	1,8	1,8
Proveitos totais								
Portugal	milhares €	117.895	236.393	157.482	95.186	113.560	151.739	146.996
	v. h. real (%)	3,8	4,5	-1,5	0,9	-7,3	3,2	-9,5
Região Centro	milhares €	13.595	22.790	16.338	9.962	13.099	15.671	14.924
	v. h. real (%)	3,8	4,2	2,6	6,2	-5,1	5,0	-4,7
Proveitos de aposento								
Portugal	milhares €	76.500	168.913	105.171	60.657	72.878	102.810	99.171
	v. h. real (%)	5,0	4,7	-1,4	1,0	-6,3	3,7	-9,4
Região Centro	milhares €	8.070	14.742	9.717	6.036	7.648	9.641	9.117
	v. h. real (%)	5,5	4,4	2,3	8,4	-4,0	5,8	-4,0

CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

Ano de 2010

O sector da construção, no ano de 2010, continuou a evidenciar decréscimos ao nível do licenciamento de edifícios em Portugal e na Região Centro, embora menos acentuados do que os registados no ano anterior. Em relação à conclusão de edifícios, na Região Centro foi visível uma recuperação, resultado do aumento dos edifícios concluídos destinados à habitação familiar. O Índice de Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação assim como a avaliação bancária da habitação registaram crescimentos mais significativos na região.

Quarto Trimestre de 2010

No quarto trimestre de 2010 continuou a registar-se um decréscimo homólogo na actividade do sector da construção, tanto ao nível do licenciamento como, de forma mais acentuada, ao nível da conclusão de edifícios. Também a avaliação bancária da habitação recuou para níveis inferiores aos registados em igual período do ano anterior. Em oposição, constatou-se um crescimento homólogo dos preços de manutenção e reparação regular da habitação.

O licenciamento de edifícios manteve no quarto trimestre de 2010, em termos homólogos, a tendência de decréscimo que, apesar de menos acentuada do que no terceiro trimestre, atingiu 7,1% em Portugal e 7,5% na Região Centro (Quadro 11). Na região, a redução ocorreu essencialmente no licenciamento de edifícios destinados à habitação familiar (-14,6%) e nestes mais intensamente nas construções novas (-16,4%). Destaque ainda para a redução significativa no licenciamento do número de fogos para habitação familiar que diminuiu 28,9% no quarto trimestre de 2010, comparativamente com igual período do ano anterior.

Relativamente aos edifícios concluídos, as variações negativas registadas no quarto trimestre de 2010 foram ainda mais pronunciadas do que para o licenciamento de obras. Assim, as reduções homólogas observadas em Portugal (-11,7%) e na Região Centro (-11,1%) acentuaram a retracção verificada no trimestre anterior. Na região,

à semelhança do que sucedeu ao nível do licenciamento, os edifícios concluídos destinados à habitação familiar e, em particular, os edifícios novos com essa finalidade foram os mais afectados, com decréscimos homólogos de 14,4% e 15,0%, respectivamente. Ainda assim, os novos fogos concluídos para habitação familiar registaram um decréscimo homólogo menos significativo do que aqueles (-12,6%).

No último trimestre de 2010 o índice de preços de manutenção e reparação regular da habitação continuou a evidenciar uma trajectória ascendente, traduzindo-se numa taxa de variação homóloga de 3,1% na Região Centro, valor mais elevado do que o registado em Portugal (1,5%).

Quadro 11 – Construção e Habitação

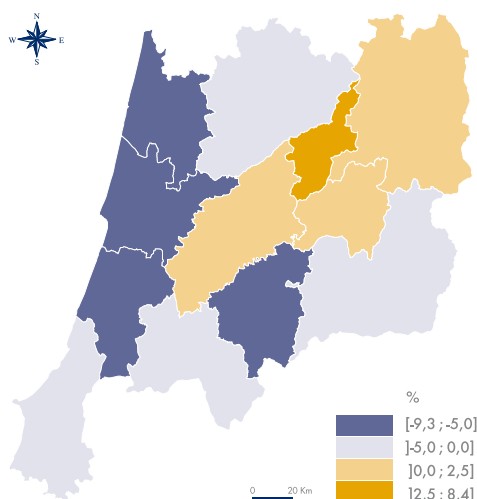
		4T10	3T10	2T10	1T10	4T09	2010	2009
		média trimestral						
Edifícios licenciados								
Portugal	n.º	6.533	7.091	7.460	7.341	7.034	7.106	7.647
	v. h. (%)	-7,1	-8,7	-6,3	-6,2	-15,3	-7,1	-21,5
Região Centro	n.º	2.072	2.224	2.338	2.287	2.241	2.230	2.405
	v. h. (%)	-7,5	-9,6	-6,9	-5,0	-9,7	-7,2	-16,7
para habitação familiar	n.º	1.273	1.375	1.555	1.426	1.491	1.407	1.570
	v. h. (%)	-14,6	-13,8	-2,8	-10,5	-9,1	-10,4	-21,1
Construções novas – Edifícios	n.º	1.407	1.469	1.659	1.498	1.557	1.508	1.610
para habitação familiar	v. h. (%)	-9,6	-10,3	1,7	-7,2	-9,3	-6,3	-23,0
	v. h. (%)	-16,4	-12,4	7,5	-7,5	-5,9	-7,3	-24,9
Edifícios concluídos								
Portugal	n.º	9.507	9.529	10.198	10.619	10.764	9.963	10.099
	v. h. (%)	-11,7	-9,3	5,9	11,9	1,4	-1,3	-4,1
Região Centro	n.º	3.041	3.003	3.238	3.159	3.420	3.110	3.083
	v. h. (%)	-11,1	-6,0	12,9	10,8	6,0	0,9	-2,1
para habitação familiar	n.º	2.269	2.284	2.529	2.496	2.652	2.395	2.372
	v. h. (%)	-14,4	-7,6	14,9	15,4	7,8	0,9	-2,4
Construções novas – Edifícios	n.º	2.301	2.321	2.510	2.421	2.629	2.388	2.388
para habitação familiar	v. h. (%)	-12,5	-8,6	13,8	11,2	4,2	0,0	-4,1
	v. h. (%)	-15,0	-9,2	16,9	18,5	7,4	1,4	-3,7
Novos fogos para habitação familiar – Região Centro								
Licenciados	v. h. (%)	-28,9	-7,2	26,3	9,9	-1,9	-0,9	-31,8
Concluídos	v. h. (%)	-12,6	-2,7	26,9	31,0	4,5	8,6	-4,9
Índice de Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação								
Continente	v. h. (%)	1,5	1,2	0,6	0,6	0,9	1,0	1,9
Região Centro	v. h. (%)	3,1	2,7	1,5	1,7	1,7	2,3	1,7
Avaliação bancária da habitação								
Portugal	€/m²	1.131,7	1.151,0	1.168,7	1.172,0	1.157,3	1.155,8	1.142,8
Região Centro	€/m²	945,7	964,3	973,3	977,7	964,0	965,3	947,4

A avaliação bancária de imóveis para habitação manteve no quarto trimestre de 2010 a trajectória descendente evidenciada desde o segundo trimestre do ano. Também em termos homólogos e reais se constatou uma redução da avaliação bancária das habitações em Portugal e na Região Centro, neste trimestre. Das 12 NUTS III que compõem a região, apenas foram registados acréscimos homólogos reais na Serra da Estrela, a qual se destacou com uma variação de 8,3%, na Beira Interior Norte (0,3%), na Cova da Beira (0,3%) e no Pinhal Interior Norte (0,1%). Em oposição, com as maiores diminuições face ao quarto trimestre de 2009, evidenciaram-se o Pinhal Interior Sul (-9,2%), o Baixo Vouga (-7,5%), o Baixo Mondego (-6,5%) e o Pinhal Litoral (-5,2%).

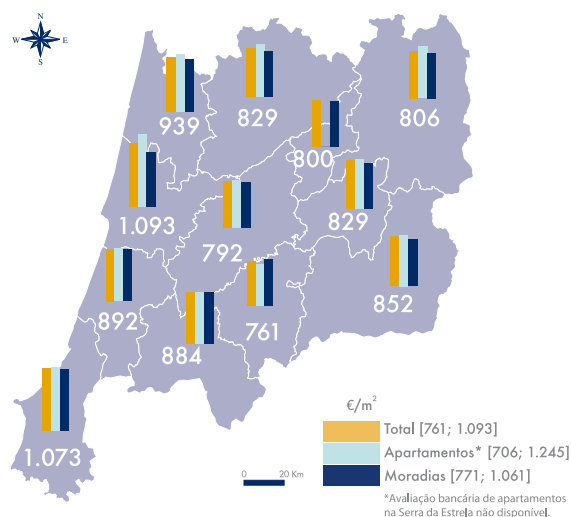
O Pinhal Interior Sul foi, adicionalmente, a sub-região onde as instituições bancárias avaliaram a habitação pelo valor mais baixo (761€/m²), no quarto trimestre de 2010. A depreciação no preço da habitação desta NUTS III deveu-se essencialmente à avaliação dos apartamentos (706€/m²), o qual registou o valor mínimo na região. Ao

nível das moradias, foi no Dão-Lafões onde se observou o preço por metro quadrado mais reduzido da Região Centro (771€/m²). A única sub-região a valorizar as moradias a um preço superior a mil euros por metro quadrado foi o Oeste. Também nessa sub-região os apartamentos foram dos mais valorizados, sendo apenas ultrapassados pelo Baixo Mondego onde os preços atingiram 1.245€/m².

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no quarto trimestre de 2010



Avaliação bancária da habitação no quarto trimestre de 2010



PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

Ano de 2010

O ano 2010 foi marcado por um aumento contínuo do nível geral de preços medido pelo Índice de Preços no Consumidor que, em termos médios, cresceu 1,4% em Portugal e 1,5% na Região Centro. O consumo privado evidenciou crescimentos no ano 2010, no conjunto dos indicadores analisados, exceptuando-se as importações intra-comunitárias de bens de consumo e ainda, no caso da Região Centro, dos pagamentos em caixas automáticas.

Quarto Trimestre de 2010

No último trimestre de 2010 a variação homóloga regional dos preços no consumidor manteve-se superior à nacional e atingiu 2,6%. Ao nível da evolução do consumo privado, os indicadores analisados apontam para uma retracção no consumo mais acentuada a nível nacional do que na Região Centro.

O Índice de Preços no Consumidor (IPC) evidenciou um comportamento inflacionista no quarto trimestre de 2010, tendo a sua variação em relação a igual período do ano anterior atingido o valor mais elevado do ano: 2,4% em Portugal e 2,6% na Região Centro (Quadro 12). Neste trimestre, na Região Centro, foi registado um crescimento homólogo em quase todas as classes que integram o IPC, tendo os mais expressivos sido identificados nas classes “Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis” (7,5%), “Bebidas alcoólicas e tabaco” (5,8%) e “Transportes” (5,8%). As únicas reduções ocorreram nas “Comunicações” (-1,8%) e na “Saúde” (-1,7%), tal como no trimestre anterior.

Quadro 12 – Preços

		4T10	3T10	2T10	1T10	4T09	2010	2009
		média trimestral						
Índice de Preços no Consumidor – IPC								
Portugal	v. h. (%)	2,4	1,9	1,0	0,3	-0,7	1,4	-0,8
Região Centro	v. h. (%)	2,6	2,1	1,1	0,3	-0,6	1,5	-1,0
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	2,8	2,1	-1,4	-4,4	-4,9	-0,3	-3,0
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	5,8	4,8	3,6	4,6	3,7	4,7	3,7
Vestuário e calçado	v. h. (%)	0,1	0,9	-0,3	-0,2	-2,1	0,1	-3,2
Habituação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	7,5	6,9	6,2	4,4	2,1	6,3	1,6
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	0,8	0,7	0,3	0,8	0,8	0,6	1,3
Saúde	v. h. (%)	-1,7	-1,5	-1,5	-2,6	-1,5	-1,8	-1,4
Transportes	v. h. (%)	5,8	3,7	4,2	3,2	-0,3	4,2	-4,1
Comunicações	v. h. (%)	-1,8	-1,9	-2,7	-1,5	0,0	-2,0	-1,1
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	0,3	0,9	-0,2	-0,2	-0,3	0,2	0,1
Educação	v. h. (%)	0,8	1,3	1,3	1,3	1,5	1,2	2,1
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	1,3	0,8	0,8	0,7	1,1	0,9	2,0
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	0,5	0,1	-0,4	0,1	1,5	0,1	2,1

No quarto trimestre de 2010 a evolução do consumo privado apresentou contornos diferenciados na Região Centro e em Portugal. Os indicadores apresentados no Quadro 13 apontam no sentido da retracção do consumo privado no território nacional uma vez que, com excepção dos assinantes do serviço de televisão e das compras efectuadas em terminais de pagamento automático, se registaram decréscimos homólogos nos restantes indicadores. Já na Região Centro, a maioria das variáveis consideradas apresentou variações homólogas positivas. Apenas, ao nível dos bens de consumo provenientes da União Europeia e destinados à região e das receitas de cinema se verificou um decréscimo real homólogo significativo.

Quadro 13 – Consumo Privado

		4T10	3T10	2T10	1T10	4T09	2010	2009
		média trimestral						
Importações intra-comunitárias (chegadas) de bens de consumo ¹								
Portugal	v. h. real (%)	-4,1	-6,2	-1,6	-1,6	6,9	-3,4	8,0
Região Centro	v. h. real (%)	-30,6	-31,0	-24,7	-20,1	2,2	-26,8	-3,1
Assinantes do serviço de televisão ²								
Portugal	v. h. (%)	9,7	11,2	11,8	11,9	10,6	11,1	9,2
Região Centro	v. h. (%)	14,3	16,2	16,7	17,3	15,3	16,1	13,3
Receitas de cinema								
Portugal	v. h. real (%)	-4,9	17,7	-1,2	27,5	6,1	9,9	6,5
Região Centro	v. h. real (%)	-10,8	22,3	-3,6	36,9	9,3	10,7	12,0
Levantamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	-0,3	1,4	3,1	2,8	2,2	1,7	2,2
Região Centro	v. h. real (%)	0,6	2,0	-2,1	2,9	2,6	0,9	4,0
Pagamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	-0,3	-1,9	2,4	4,1	0,4	0,9	2,3
Região Centro	v. h. real (%)	1,8	-1,1	-5,5	3,1	0,0	-0,6	5,1
Compras em terminais de pagamento automático								
Portugal	v. h. real (%)	6,9	12,5	14,8	13,8	8,8	11,8	4,7
Região Centro	v. h. real (%)	10,0	16,0	20,7	17,7	11,1	15,8	6,1

¹ As importações intra-comunitárias consideradas encontram-se por critério de origem e destino.

² Inclui as subscrições de televisão por cabo, por satélite (DTH), por fibra óptica (FTTH) e por outros meios de acesso (IPTV e similares).

POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO CENTRO

Quarto Trimestre de 2010

Até ao final de 2010, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), foram aprovados 9.284 projectos de investimento na Região Centro que representavam um investimento total de 9,4 mil milhões de euros e quase 3,9 mil milhões de euros de fundos comunitários. A região absorvia assim 27,1% do total de fundos comunitários do QREN aprovados no país.

No Programa Operacional Regional – Mais Centro, até 31 de Dezembro de 2010, tinham sido aprovados 1.877 candidaturas, a que correspondia uma comparticipação de FEDER de 1,2 mil milhões de euros. No final do ano, a taxa de execução no Mais Centro era de 15,4%, sendo a mais elevada das regiões de convergência.

No período 2007-2013, são principalmente os instrumentos financeiros, Fundos Estruturais (FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e FSE – Fundo Social Europeu) e Fundo de Coesão, que asseguram a concretização dos objectivos da Convergência e da Competitividade Regional e do Emprego, em termos da Política de Coesão.

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB per capita em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade, em regiões de convergência quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região *phasing-out* (Algarve); região *phasing-in* (Madeira) e região da competitividade e do emprego (Lisboa).

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) contempla três grandes Agendas Temáticas: Agenda para o Potencial Humano, Agenda para os Factores de Competitividade e Agenda para a Valorização do Território. A concretização das Agendas é assegurada pelos Programas Operacionais Temáticos: Potencial Humano (PO PH), Factores de Competitividade (PO FC) e Valorização do Território (PO VT); pelos Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira; pelos Programas Operacionais de Cooperação Territorial Transfronteiriça (Portugal-Espanha e Bacia do Mediterrâneo), Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo e Madeira-Açores-Canárias), Inter-regional e de Redes de Cooperação Inter-regional e ainda pelos Programas Operacionais de Assistência Técnica.

O Mais Centro (Programa Operacional Regional do Centro) encontra-se estruturado nos seguintes eixos:

- Eixo 1: Competitividade, inovação e conhecimento;
- Eixo 2: Desenvolvimento das cidades e dos sistemas urbanos;
- Eixo 3: Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais;
- Eixo 4: Protecção e valorização ambiental;
- Eixo 5: Governação e capacitação institucional;
- Eixo 6: Assistência técnica.

Até ao final do ano de 2010, no âmbito do QREN, foram apresentadas 20.669 candidaturas relativas a projectos de investimento de promotores da Região Centro. Do total de candidaturas apresentadas, foram aprovadas na região 9.284, que envolviam um investimento total de 9,4 mil milhões de euros. Estes projectos aprovados para a Região Centro representavam uma comparticipação de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão de quase 3,9 mil milhões de euros (Quadro 14).

Em termos da distribuição dos fundos comunitários do QREN pelas regiões portuguesas, verificava-se que a Região Centro era a segunda maior beneficiária destes fundos, absorvendo 27,1% do total de fundos distribuídos pelo país. Esta percentagem era ligeiramente inferior ao peso que a região detinha no total nacional em termos das candidaturas aprovadas (29,2%).

No quarto trimestre de 2010, registou-se um forte crescimento tanto de projectos como de fundos comunitários aprovados. Face ao terceiro trimestre do ano, o número de projectos com aprovação cresceu 7,5% e os fundos comunitários aprovados aumentaram 12,7%. Este crescimento reflectiu-se, em termos de aprovações, num incremento de 650 novos projectos e de cerca de 436 milhões de euros de fundos comunitários para a região.

Relativamente às aprovações do QREN na Região Centro por Programa Operacional, à data de 31 de Dezembro de 2010, verificava-se o predomínio de candidaturas aprovadas do PO PH (65,9%) e do Mais Centro (20,2%), à semelhança do que vinha ocorrendo nos trimestres anteriores. De igual modo, em termos dos fundos comunitários aprovados, estes dois programas concentravam o maior valor de aprovações na região. No entanto, o peso do Mais Centro no total de fundos aprovados na região (31,7%) era próximo do registado pelo PO PH (33,2%), ao contrário do que ocorria no caso do número de candidaturas aprovadas, em que o peso do PO PH era mais do triplo do peso do Mais Centro.

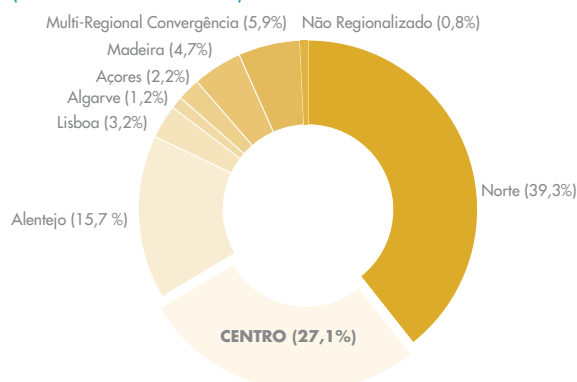
As três regiões de convergência do Continente (Norte, Centro e Alentejo) concentravam 79% do total de FEDER aprovado no âmbito dos programas operacionais regionais bem como 88%, 79% e 84% dos fundos comunitários aprovados no PO PH, PO FC e PO VT, respectivamente.

No Mais Centro, até ao final do ano de 2010, tinham sido aprovadas 1.877 candidaturas que alavancavam um investimento total na região de 3.391 milhões de euros participado com fundo comunitário FEDER em 1.228 milhões de euros. O valor de FEDER aprovado aumentou cerca de 215 milhões de euros face ao valor aprovado no final de Junho e 126 milhões de euros face a 30 de Setembro de 2010. O valor total de fundo aprovado na Região Centro, no âmbito do Mais Centro, representava 25,4% do total de fundo FEDER aprovado na totalidade dos programas operacionais regionais do país.

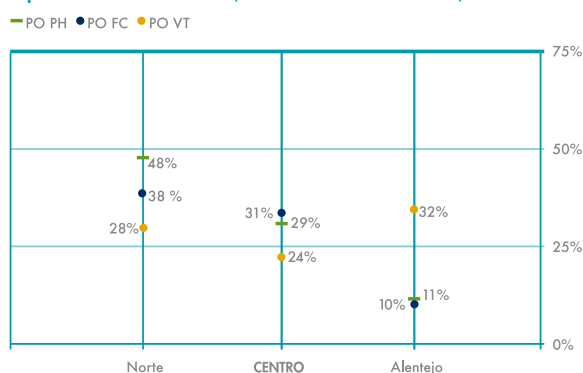
Quadro 14 – O QREN na Região Centro
(31 de Dezembro de 2010)

		REGIÃO CENTRO				
		QREN (total)	Mais Centro	PO PH	PO FC	PO VT
Candidaturas apresentadas	n.º	20.669	4.161	13.084	3.045	379
	% do total nacional	29,3	24,1	31,1	31,2	34,1
Investimento (custo) total	milhões €	19.765	5.407	5.853	6.279	2.227
	% do total nacional	31,9	30,8	28,7	42,2	24,9
Candidaturas aprovadas	n.º	9.284	1.877	6.121	1.108	178
	% do total nacional	29,2	23,6	31,5	29,0	35,9
Investimento (custo) total	milhões €	9.400	3.391	1.924	3.206	880
	% do total nacional	33,5	34,1	29,0	43,1	22,3
Investimento (custo) elegível	milhares €	7.495	2.020	1.924	2.737	814
	% do total nacional	31,1	26,8	29,0	42,8	23,3
Fundo comunitário	milhões €	3.881	1.228	1.289	762	602
	% do QREN (total) da região	100,0	31,7	33,2	19,6	15,5
	% do total nacional	27,1	25,4	29,2	30,8	23,6

Distribuição dos fundos comunitários aprovados por região
(31 de Dezembro de 2010)



Relevância das três regiões de convergência do Continente nos fundos comunitários aprovados pelos Programas Operacionais Temáticos (31 de Dezembro de 2010)



Adaptado de: Comissão Técnica de Coordenação do QREN, "Indicadores Conjunturais de Monitorização: Boletim Informativo 10", pág. 12

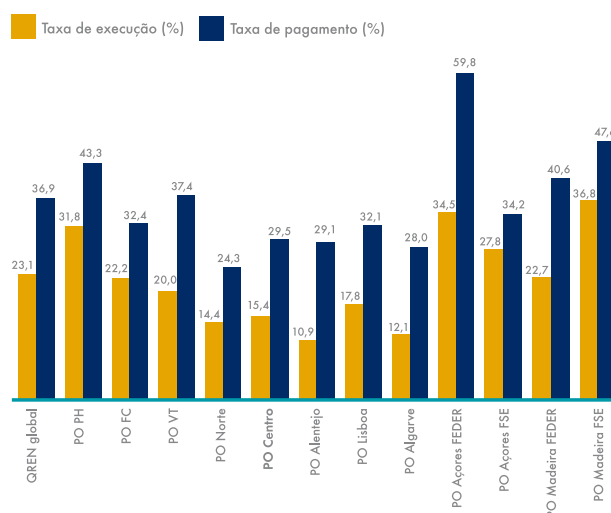
A despesa realizada pelos promotores dos investimentos e validada pelo Mais Centro atingia, no final de 2010, o valor de 370,9 milhões de euros de investimento elegível, tendo aumentado 76,5 milhões de euros relativamente a 30 de Setembro de 2010. Quanto à despesa validada de fundo comunitário FEDER, considerada para efeitos de execução, esta era, no final de Dezembro de 2010, de 261,3 milhões de euros (mais 58,2 milhões de euros do que em final de Setembro). Este valor de despesa validada de fundo comunitário representava assim 15,4% do total de fundo FEDER programado, registando de novo um importante aumento face aos trimestres anteriores e mantendo a Região Centro como a região de convergência do Continente com maior taxa de execução. A Região Centro mantinha-se também bem posicionada no que respeita à taxa de realização (relação entre o FEDER validado ou executado e o FEDER aprovado) no Mais Centro, que atingia a 31 de Dezembro de 2010 um incremento de 8,6 pontos percentuais face a Setembro, fixando-se em 27%, ou seja, a mais elevada entre as regiões de convergência do Continente.

Em final de Dezembro, os pagamentos aos promotores do Mais Centro, a título de reembolso ou adiantamentos, atingiram o valor de 285,1 milhões de euros. Este valor aumentou 65 milhões de euros face ao final de Setembro de 2010, reflectindo-se no incremento da taxa de pagamento (FEDER pago/FEDER aprovado) para 29,5%. Estes pagamentos aos beneficiários do Mais Centro eram ligeiramente superiores ao valor da despesa validada de FEDER devido ao valor dos adiantamentos, o que se reflectia numa taxa de reembolso superior a 100% (109,1%).

Quadro 15 – Monitorização do Mais Centro (valores acumulados)

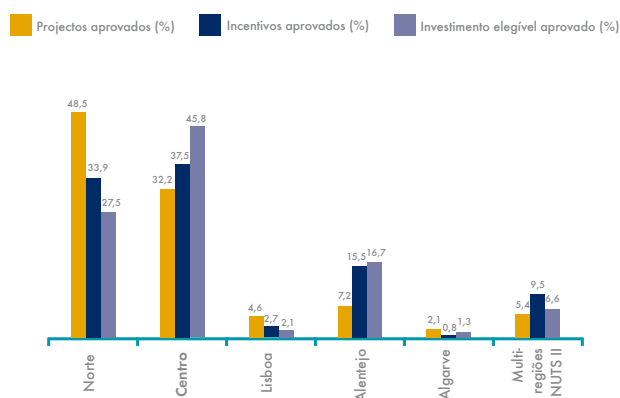
		Dezembro 2010	Setembro 2010	Junho 2010
Execução Financeira				
Despesa validada				
Investimento (custo) elegível	milhões €	370,9	294,5	200,8
Fundo comunitário	milhões €	261,3	203,1	140,6
Pagamentos aos beneficiários	milhões €	285,1	220,1	157,5
Indicadores financeiros				
Taxa de compromisso (fundo aprovado / fundo programado)	%	56,9	64,8	59,5
Taxa de execução (fundo validado / fundo programado)	%	15,4	11,9	8,3
Taxa de realização (fundo validado / fundo aprovado)	%	27,0	18,4	13,9
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários / fundo aprovado)	%	29,5	20,0	15,6
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários / fundo validado)	%	109,1	108,3	112,1

Taxa de execução e taxa de pagamento das candidaturas por Programa Operacional (31 de Dezembro de 2010)



A Agenda da Competitividade continuava a evidenciar um desempenho muito favorável na Região Centro no âmbito do QREN dado o seu posicionamento relativamente às restantes regiões do Continente, nomeadamente no que respeita aos Sistemas de Incentivos. À data de 31 de Dezembro de 2010, foram aprovados na Região Centro 1.541 projectos de empresas dos quais 1.434 se encontravam já contratados com os Sistemas de Incentivos. Estes projectos aprovados representavam 32,2% do total de projectos de empresas e 37,5% do montante de incentivos aprovados no Continente. Em termos do investimento elegível aprovado, a região concentrava 45,8% do total aprovado no país, registando o valor mais elevado entre todas as regiões do Continente. Praticamente desde o início do QREN, a Região Centro mantinha-se como a região do Continente com maior valor de incentivos aprovados (37,5%). Tal como nos trimestres anteriores, o peso dos incentivos às empresas aprovados na região era superior ao peso do número de projectos aprovados, indiciando assim que estes projectos apresentavam uma elevada dimensão média em termos de montante de incentivo envolvido por projecto.

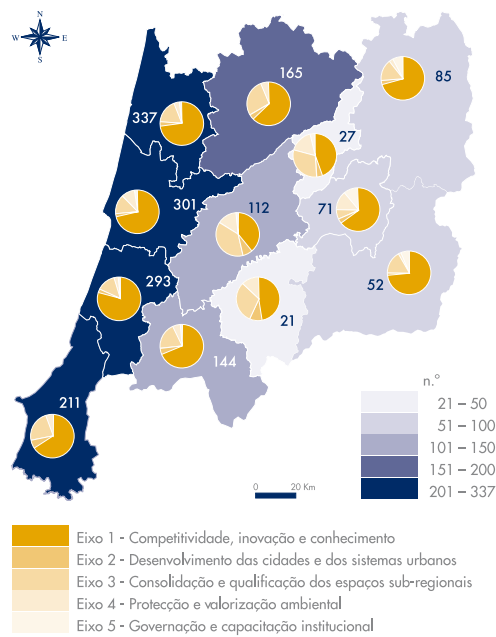
Distribuição regional dos Sistemas de Incentivos aprovados às empresas na Agenda da Competitividade (31 de Dezembro de 2010)



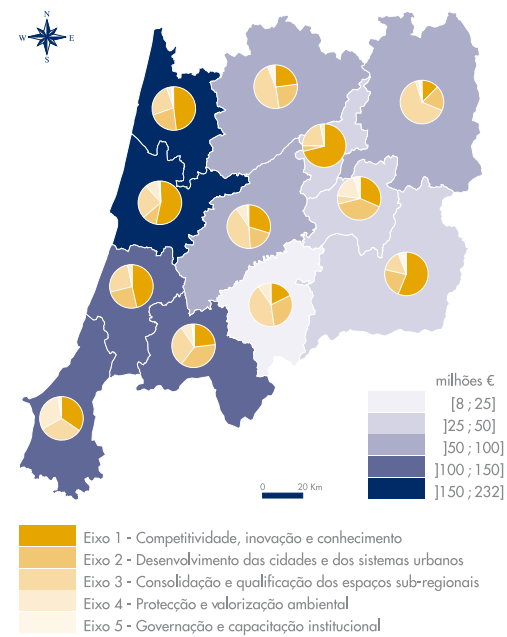
Até ao final de Dezembro de 2010, as sub-regiões com maior número de candidaturas aprovadas no âmbito do Mais Centro eram o Baixo Vouga, o Baixo Mondego, o Pinhal Litoral e o Oeste, representando cerca de 68% do número total de candidaturas aprovadas. Quanto ao fundo comunitário aprovado, as sub-regiões de destaque eram, essencialmente, o Baixo Mondego e o Baixo Vouga, que concentravam 38,8% do fundo comunitário aprovado no Programa Regional e ultrapassavam já, cada uma delas, a fasquia dos 200 milhões de euros de FEDER aprovado. Com valores ainda importantes (entre os 100 e os 140 milhões de euros) encontravam-se o Oeste, o Pinhal Litoral e o Médio Tejo. Destaque para o Médio Tejo que foi a sub-região com maior crescimento de fundo comunitário FEDER aprovado entre 30 de Setembro e 31 de Dezembro de 2010, tendo nesta data conseguido ultrapassar os 100 milhões de euros de FEDER aprovado. Uma outra sub-região com bom desempenho em termos de crescimento de fundo comunitário aprovado no âmbito do Mais Centro, nos últimos três meses de 2010, era Dão-Lafões, sub-região que se aproximou bastante dos valores de fundo aprovado nas regiões do litoral da Região Centro. Estas seis sub-regiões referidas concentravam cerca de 80% do total de FEDER aprovado na Região Centro em 31 de Dezembro de 2010. Em termos do FEDER aprovado por eixos prioritários, observava-se que a Competitividade, inovação e conhecimento (eixo 1) era o mais importante nas quatro sub-regiões da costa litoral em conjunto com a Beira Interior Sul. Os projectos de Desenvolvimento das cidades e dos sistemas urbanos (eixo 2) apenas eram mais relevantes no Médio Tejo e na Cova da Beira. Já nas restantes cinco sub-regiões o eixo com maior valor de fundo aprovado era a Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais (eixo 3).

À data de 31 de Dezembro de 2010, a distribuição sub-regional do fundo comunitário relativizado pela população residente destacava a importância do Baixo Mondego, da Beira Interior Norte e da Serra da Estrela. Este indicador apresentava ainda valores relevantes para o Baixo Vouga e para o Pinhal Litoral. O indicador dimensão média dos projectos aprovados no Mais Centro, avaliado pelo montante de fundo comunitário em relação ao número de projectos aprovados, destacava a Serra da Estrela e a Beira Interior Norte por registarem os valores mais elevados deste indicador. A Serra da Estrela é um caso particular uma vez que esta situação resultava do facto de nesta NUTS III existirem poucos projectos aprovados que envolviam montantes elevados, nomeadamente projectos de iniciativa privada (eixo 1).

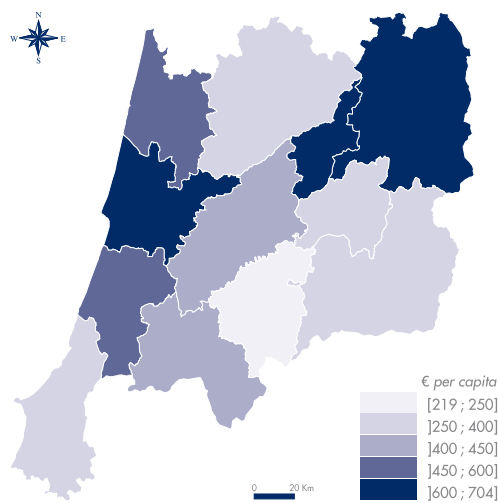
Projectos aprovados no âmbito do Mais Centro
(31 de Dezembro de 2010)



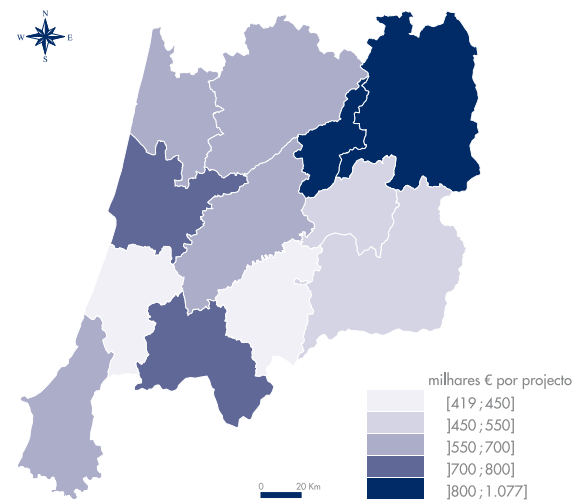
Fundo comunitário atribuído aos projectos no âmbito do Mais Centro (31 de Dezembro de 2010)



Fundo comunitário per capita no âmbito do Mais Centro
(31 de Dezembro de 2010)



Fundo comunitário por projecto no âmbito do Mais Centro
(31 de Dezembro de 2010)



Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP 2007-2013)

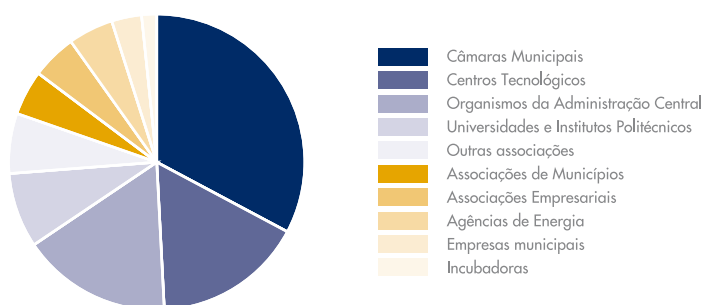
O Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP 2007-2013) concluiu a segunda convocatória, lançada em 2010, tendo aprovado 114 projectos de cooperação para toda a fronteira luso-espanhola. Estes projectos correspondem a um investimento total de 154,5 milhões de euros, a que corresponde uma dotação FEDER de 115,8 milhões de euros.

Nesta segunda convocatória do POCTEP foram apresentadas 269 candidaturas, envolvendo mais de 700 entidades de Espanha e Portugal. Dos 114 projectos aprovados²², 34 envolvem entidades da Região Centro, distribuídos da seguinte forma:

- 20 projectos de cooperação Centro-Castilla y León;
- 14 projectos de cooperação Alentejo-Centro-Extremadura.

Estes 34 projectos representam um investimento total de 56,4 milhões de euros e uma participação FEDER (75%) de 42,3 milhões de euros. Deste FEDER, 5,6 milhões de euros asseguram o financiamento das 61 participações de entidades da Região Centro. Estas entidades são de sectores muito diversificados, onde se destacam as Câmaras Municipais, associações de municípios e empresas municipais, mas também Centros Tecnológicos, Universidades, Institutos Politécnicos e vários organismos da Administração Central.

N.º de participações das entidades da região Centro por tipologia de entidades



Os 34 projectos integram-se maioritariamente no Eixo 1 (Cooperação e gestão conjunta para o fomento da competitividade e a promoção do emprego), com 13 projectos, seguindo-se muito próximos os restantes eixos: Eixo 2 - Cooperação e gestão conjunta em ambiente, património e prevenção de riscos (8 projectos), Eixo 3 - Cooperação e gestão conjunta em ordenamento do território e acessibilidades (7 projectos) e Eixo 4 - Cooperação e gestão conjunta para a integração sócio-económica e institucional (6 projectos). A repartição do FEDER por eixos segue também, no essencial, aquele perfil: Eixo 1, com 36% do FEDER aprovado, Eixo 2 com 32,4%, Eixo 3 com 20% e Eixo 4 com 12%.

²² Na primeira convocatória, em 2008, foram aprovados 81 projectos, com um financiamento comunitário de 129,5 milhões de euros de FEDER.

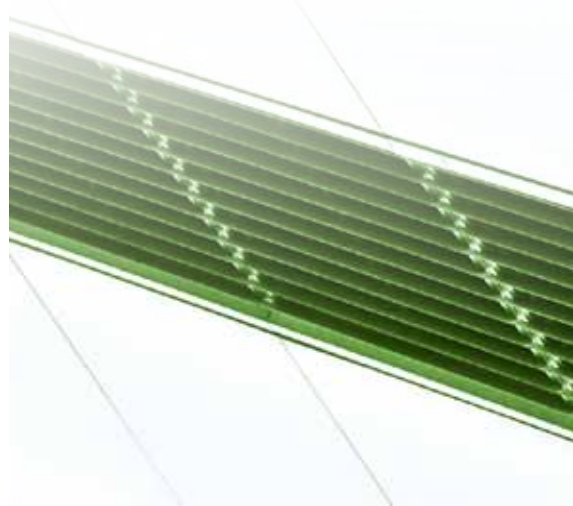
Projectos e FEDER aprovado pelo POCTEP que envolve a Região Centro, em 2010

	Projectos		FEDER			
			Total		Região Centro	
	N.º	%	Milhares de Euros	%	Milhares de Euros	%
Eixo 1	13	38,2	15.216,6	36,0	2.441,2	43,3
Eixo 2	8	23,5	13.685,4	32,4	1.349,5	23,9
Eixo 3	7	20,6	8.410,0	19,9	934,3	16,6
Eixo 4	6	17,7	4.970,5	11,7	913,6	16,2
Total	34	100,0	42.282,5	100,0	5.638,6	100,0

Os projectos agora aprovados que envolvem entidades da Região Centro vêm criar as condições de base para dar uma nova dinâmica às Comunidades de Trabalho Centro – Castilla y León e Alentejo-Centro-Extremadura (EUROACE), através das respectivas Comissões Sectoriais, que podem agora executar, de uma forma sustentada, as actividades que programaram. Mas possibilitam, especialmente, concretizar as grandes linhas estratégicas de cooperação que cada Comunidade de Trabalho desenhou.

No caso da Comunidade de Trabalho Região Centro-Castilla y León, cuja presidência em 2011 passou a ser assumida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, foram aprovados 10 projectos que vêm dar corpo às iniciativas em que está ancorado o projecto MIT – Mobilidade, Inovação e Território. Nestes projectos destaca-se a cooperação entre os portos de Aveiro e Figueira da Foz e as plataformas logísticas das duas regiões, a criação de uma rede entre as cidades de Aveiro, Figueira da Foz, Coimbra, Viseu e Guarda, Ciudad Rodrigo, Salamanca, Valladolid, Burgos e Miranda del Ebro; a cooperação entre as três Universidades da Região Centro e quatro Universidades de Castilla y León, envolvendo o Conselho Empresarial do Centro para promover as relações universidade-empresa; a cooperação entre o Turismo do Centro de Portugal, o Turismo Serra da Estrela e a Direcção Geral de Turismo de Castilla y León à volta dos recursos e património, nomeadamente a eno-gastronomia; a cooperação entre a Rede de Centros Tecnológicos de Portugal e Centros Tecnológicos de Castilla y León, ou a cooperação no âmbito do Centro de Estudos Ibéricos ou da Comunidade de Trabalho Beira Interior Norte – Salamanca.

No caso da Eurorregião Alentejo-Centro-Extremadura (EUROACE) destaca-se a cooperação no âmbito do território do Tejo Internacional, envolvendo entidades das três regiões, como as autarquias locais e entidades regionais e nacionais de vários sectores, como as Câmaras Municipais da Beira Interior Sul, o Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade, ou a Naturtejo, numa visão integrada de desenvolvimento territorial transfronteiriço. Mas destaca-se também a cooperação à volta dos temas da inovação e desenvolvimento tecnológico, através da Rede de Investigação Transfronteiriça Extremadura-Centro-Alentejo (RITECA).



[DINÂMICAS REGIONAIS NA REGIÃO CENTRO]

ESTRATÉGIA EUROPA 2020: O POSICIONAMENTO DA REGIÃO CENTRO

A **estratégia Europa 2020** define um novo caminho para a União Europeia (UE) relativamente às problemáticas do emprego e do crescimento, no sentido de conseguir uma diminuição das assimetrias, um aumento da coesão entre as regiões e um reforço do potencial de crescimento e de competitividade da Europa.

A estratégia Europa 2020 assenta em três vectores/prioridades que se reforçam mutuamente:

- **crescimento inteligente** baseado numa economia de conhecimento e inovação;
- **crescimento sustentável** promovendo uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva;
- **crescimento inclusivo** fomentando elevados níveis de emprego e de coesão ao nível social e territorial.

Para além de assentar nestas três prioridades em termos de crescimento, a estratégia consolida-se em cinco objectivos para a União Europeia, que se traduzem em cinco metas a atingir no horizonte 2020:

1. **Empregabilidade:** 75% da população com idade compreendida entre os 20 e os 64 anos deve estar empregada;
2. **Intensidade em Investigação e Desenvolvimento (I&D):** 3% do PIB da UE deve ser investido em despesas de I&D;
3. **Nível de educação:** a taxa de abandono escolar precoce deve ser inferior a 10% e pelo menos 40% da população dos 30 aos 34 anos deve ter formação superior concluída;
4. **Inclusão social:** 20 milhões de pessoas devem deixar de estar sujeitas ao risco de pobreza²³ e de exclusão;
5. **Clima e energia:** cumprimento dos objectivos em matéria de clima e energia “20/20/20” com conseqüente aumento da eficiência energética em 20%, redução das emissões de gases com efeito estufa em 20% face aos níveis de 1990 (30% se as condições o permitirem) e aumento para 20% da parte das energias renováveis no consumo final.

Os grandes objectivos da União Europeia devem constituir-se como objectivos partilhados por todos os seus Estados-Membros. Cada Estado-Membro deverá definir os seus próprios objectivos e trajectórias nacionais, consubstanciados

²³ O limiar nacional de pobreza é definido como 60% do rendimento disponível mediano em cada Estado-Membro.



num Plano Nacional de Reformas, para contribuir para as metas definidas na Estratégia Europa 2020, adaptando esta estratégia à sua situação específica. Os Planos Nacionais de Reformas (PNR) deverão assim definir em pormenor as acções a adoptar ao abrigo da nova estratégia e ainda as medidas necessárias para eliminar os estrangulamentos a um crescimento sustentável dos países. Estas estratégias nacionais assumem-se como instrumentos de definição de políticas orçamentais e de correcção dos desequilíbrios macroeconómicos, pelo que devem ser elaboradas em simultâneo com o Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) para garantir resultados e orientações integrados, apesar de continuarem a ser instrumentos distintos.

Em Novembro de 2010, o Governo Português apresentou à Comissão Europeia as linhas de orientação para o seu Programa Nacional de Reformas 2020 que, entretanto, foi alvo de um alargado debate com entidades locais, regionais, parceiros sociais e sociedade civil, assegurando uma participação alargada na definição desta visão.

Numa tentativa de contextualizar o **posicionamento da Região Centro** na estratégia Europa 2020 serão apresentados valores para os indicadores em que existe informação disponível ao nível regional, ou seja, para as metas relativas à empregabilidade, à intensidade em I&D e ao nível de educação. O posicionamento da região vai ser analisado tendo em conta as metas definidas para Portugal para 2020 que, no caso dos indicadores considerados, se posicionam exactamente ao nível proposto pela UE. De forma a garantir a comparabilidade dos dados a nível europeu utilizou-se como fonte de informação privilegiada o 5º Relatório sobre a coesão económica, social e territorial da União Europeia divulgado em Novembro de 2010 pela Comissão Europeia.

1. Empregabilidade

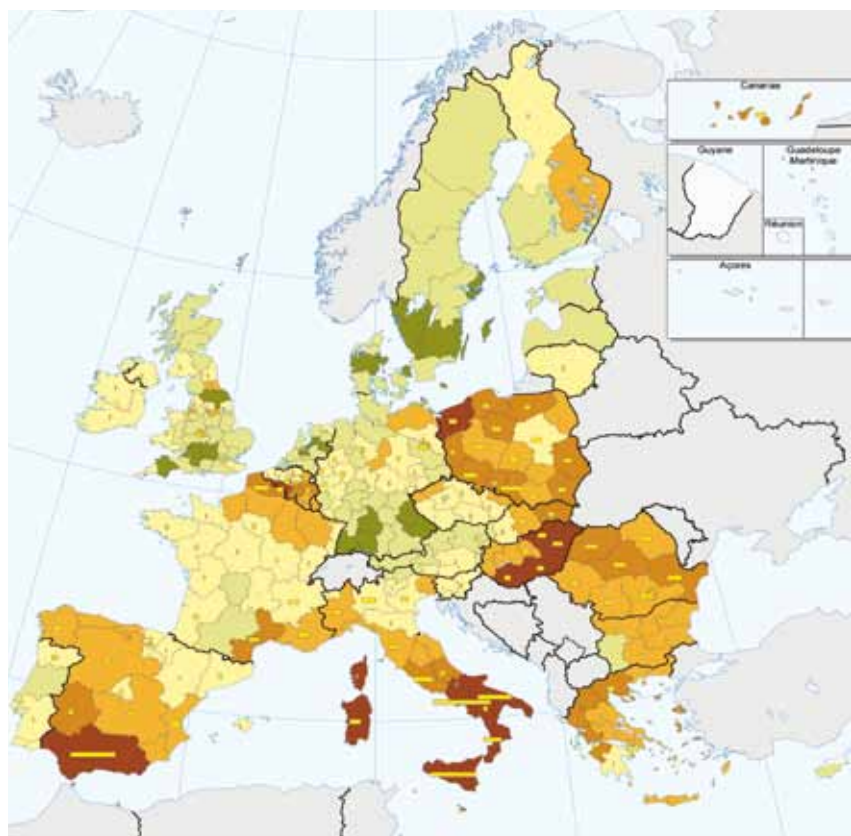
Objectivo Europa 2020 e PNR:

Aumentar a taxa de emprego da população entre 20 e 64 anos para 75%

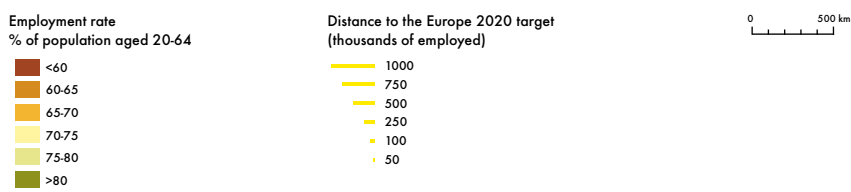
A empregabilidade é um dos pilares e uma das fontes de crescimento económico dos países e das regiões, uma vez que quanto maior o número de pessoas empregadas, maior será a produção e o rendimento desse território.

Tendo em conta o indicador proposto como meta, ou seja, a taxa de emprego dos indivíduos entre os 20 e os 64 anos, a Região Centro encontra-se bem posicionada face à média dos 27 Estados-Membros da União Europeia (UE), registando-se uma taxa de 77,2% em 2008 contra 70,5% registado em termos da média europeia. A Região Centro regista assim a melhor taxa entre as várias regiões do país e das melhores entre todas as regiões europeias.

Taxa de emprego da população dos 20 aos 64 anos, 2008 (%)



	2008
UE 27	70,5
Portugal	73,1
Norte	71,0
Centro	77,2
Lisboa	73,4
Alentejo	70,9
Algarve	74,2
Açores	70,4
Madeira	72,8

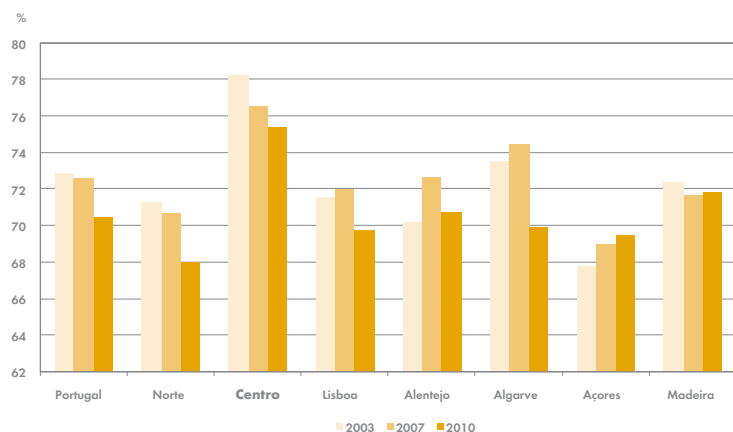


Fonte: Comissão Europeia, Investing in Europe's future.

Em 2010, Portugal apresenta uma taxa média de emprego neste grupo etário de 70,5%, a mais baixa apurada pelo Inquérito ao Emprego nos últimos anos.

Neste contexto, a Região Centro encontra-se bem posicionada face às restantes regiões do país e relativamente à média nacional dado que é a única região com uma taxa de emprego que ultrapassa os 75%, estando assim a contribuir positivamente para o objectivo estabelecido nesta estratégia europeia para o emprego. De referir, no entanto, que entre 2007 e 2010 se registou uma diminuição da taxa de emprego em todas as regiões de Portugal Continental.

Taxa de emprego da população dos 20 aos 64 anos em 2003, 2007 e 2010 (%)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

2. Intensidade em I&D

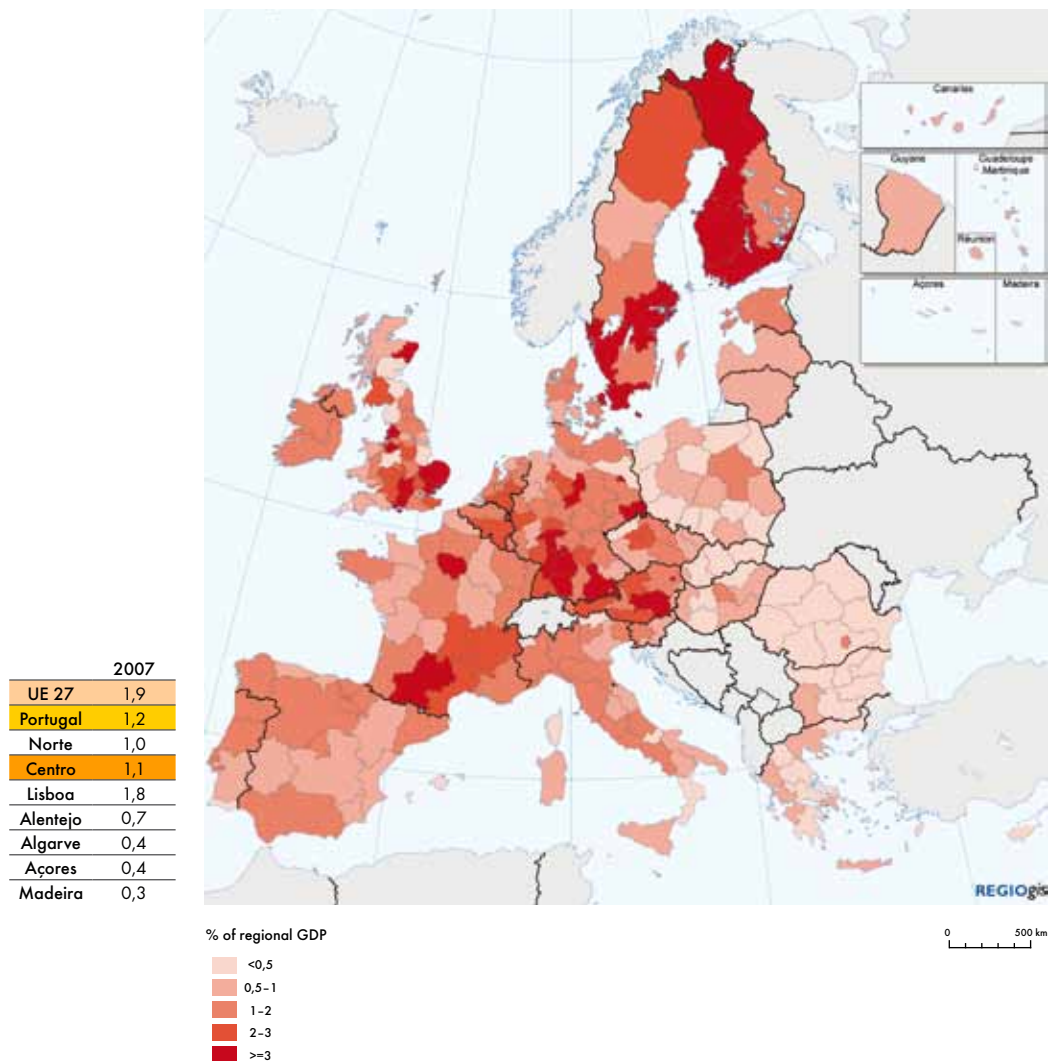
Objectivo Europa 2020 e PNR:

Aumentar o peso da despesa em I&D no PIB para valores entre 2,7% e 3,3% (no sector público entre 1,0% e 1,2% e no sector privado entre 1,7% e 2,1%)

No que respeita às áreas da ciência e tecnologia e do investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D), o objectivo estabelecido para a Europa pretende que os países invistam mais nestas áreas e estabelece como meta não apenas que o peso da despesa de I&D no PIB da UE seja superior a 2,7% mas também que o investimento seja mais intenso por parte das entidades privadas.

Segundo o *Innovation Scoreboard* de 2010, Portugal foi o país da UE com maior progresso nos últimos cinco anos e com um crescimento quase 10 vezes superior ao da média da UE em termos de inovação. No entanto, esta situação ainda não é satisfatória para os valores de despesa em I&D necessários. Em termos regionais e comparativamente às restantes regiões europeias, existe um afastamento notório das regiões portuguesas e nomeadamente da Região Centro face às regiões do norte e centro da Europa.

Despesa em I&D (peso no PIB), 2007 (%)

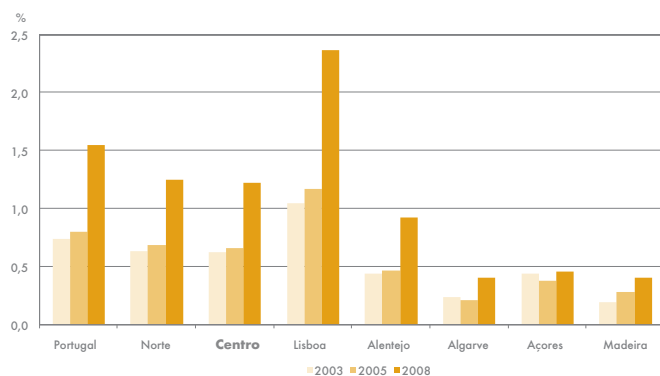


Fonte: Comissão Europeia, *Investing in Europe's future*.

Portugal estava em 2008 muito longe da meta estabelecida para o país e para a Europa, registando um valor de despesa em I&D que representava apenas 1,6% do PIB nacional (dos quais 0,6% resulta de investimento do sector público e 0,9% do sector privado). Em termos regionais, verifica-se que Lisboa é a região com maior despesa em I&D e que o Norte e o Centro registam valores semelhantes. Na Região Centro, em 2008, a despesa em I&D era 1,2% do PIB da região, dos quais 0,6% resultavam de investimentos do sector público e 0,6% do sector privado. Estes resultados são ainda insatisfatórios, nomeadamente no que se refere ao investimento do sector privado que iguala o do sector público quando o objectivo é que seja claramente superior (devendo cifrar-se em 2020 quase no dobro). É, no entanto, de referir que a região possui um sistema científico e tecnológico forte, diversificado e disseminado, e que, nestes últimos anos, foram realizados investimentos importantes na região pelas diversas entidades que o constituem. São exemplos de entidades do sistema científico e tecnológico regional de referência a nível nacional e internacional a incubadora de empresas do Instituto Pedro Nunes que conquistou o prémio internacional de melhor incubadora de base tecnológica do mundo ou ainda o BIOCANT que se encontra em primeiro lugar no ranking nacional das empresas com maior intensidade tecnológica²⁴, segundo o Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN). Para além disso, são de referir ainda os três parques de ciência e tecnologia liderados pelas três universidades da região e os 35 projectos de infra-estruturas científicas e tecnológicas, promovidos por entidades do sistema científico e tecnológico regional, já aprovados no âmbito do Programa Operacional Regional Mais Centro. Deste modo, a concretização destes investimentos não só contribuirá para o fortalecimento do sistema científico e tecnológico da região como permitirá o seu entrosamento cada vez maior com o sector empresarial. Daqui resultará certamente, nos próximos anos, um maior investimento em I&D na região, mas também a criação de novas empresas de base tecnológica, a criação de novos e melhorados produtos e processos de produção, etc. Tudo isto trará reflexos na competitividade das empresas, no emprego e na riqueza gerados da região.

²⁴ Despesa intramuros em actividade de I&D sobre o volume de negócios.

Despesa em I&D (peso no PIB) em 2003, 2005 e 2008 (%)



Fonte: INE, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN).

Repartição da despesa em I&D (peso no PIB) por sector de execução, 2008 (%)

NUTS II	Despesa em I&D no PIB		
	Total	Sector público (1)	Sector privado (2)
	%		
Portugal	1,6	0,6	0,9
Norte	1,3	0,5	0,8
Centro	1,2	0,6	0,6
Lisboa	2,4	0,9	1,4
Alentejo	0,9	0,3	0,6
Algarve	0,4	0,3	0,1
Açores	0,5	0,3	0,1
Madeira	0,4	0,3	0,1

Fonte: INE, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN), 2008.

(1) Despesa executada pelo Estado e Ensino Superior.

(2) Despesa executada pelas Empresas e pelas Instituições privadas sem fins lucrativos.

3. Nível de educação

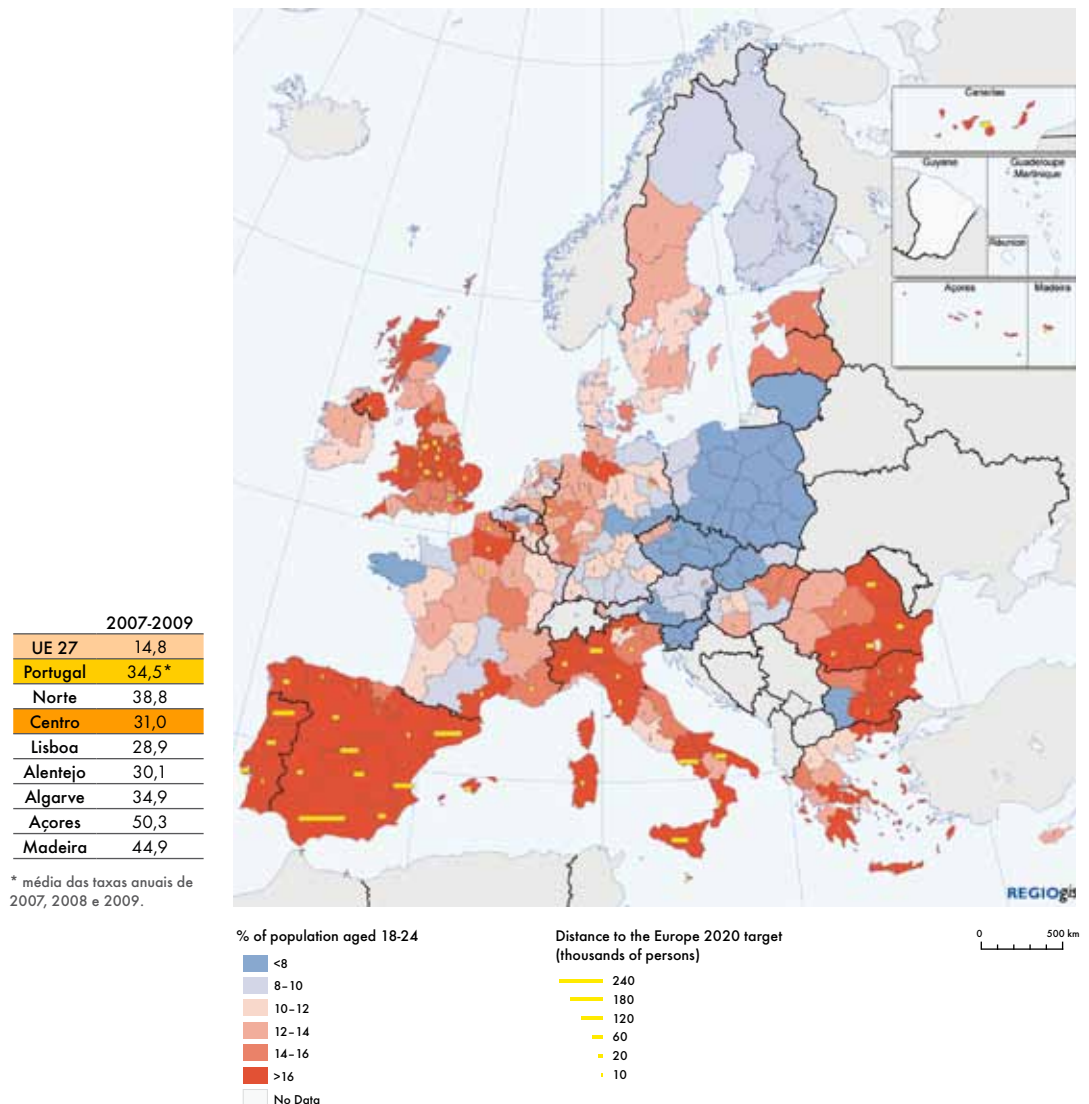
Objectivo Europa 2020 e PNR:

Reduzir a taxa de saída precoce do sistema de ensino para 10%

Em termos dos níveis de educação pretendidos, uma das metas para o cumprimento da estratégia Europa 2020 é reduzir a taxa de abandono precoce na educação para 10%. Considera-se como taxa de abandono escolar precoce o indicador calculado como a relação entre a população residente com idade entre 18 e 24 anos, com nível de escolaridade completo até ao 3º ciclo do ensino básico que não recebeu nenhum tipo de educação (formal ou não formal) no período de referência e a população residente com idade entre 18 e 24 anos.

No contexto europeu, as regiões portuguesas encontram-se, neste indicador, muito distantes dos valores de abandono escolar precoce estabelecidos como objectivo para 2020. Também neste indicador, é de referir o claro distanciamento da Região Centro e restantes regiões portuguesas face ao norte e centro da Europa.

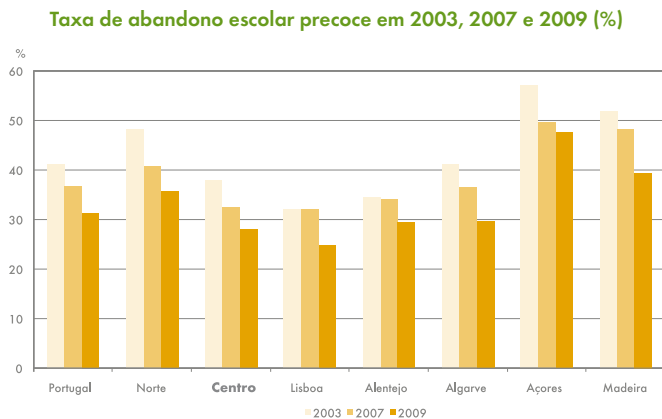
Taxa de abandono escolar precoce, 2007-2009 (%)



Fonte: Comissão Europeia, *Investing in Europe's future*.

Apesar do grande investimento em infra-estruturas da rede escolar e no próprio ensino, Portugal encontra-se muito distante desta meta (31,2% em 2009). No entanto, é de referir a tendência decrescente que o país tem conseguido atingir, reduzindo o valor deste indicador de 41,2% para 31,2%, ou seja, 10 pontos percentuais (p.p.), entre 2003 e 2009.

Também a Região Centro registou uma diminuição de 10 p.p. neste indicador no mesmo período. Apesar de ainda distante do objectivo estabelecido, a Região Centro encontra-se relativamente bem posicionada, uma vez que apenas Lisboa regista valores mais baixos do que a Região Centro.



Objectivo Europa 2020 e PNR:

Atingir os 40% no indicador População dos 30 aos 34 anos com ensino superior completo (%)

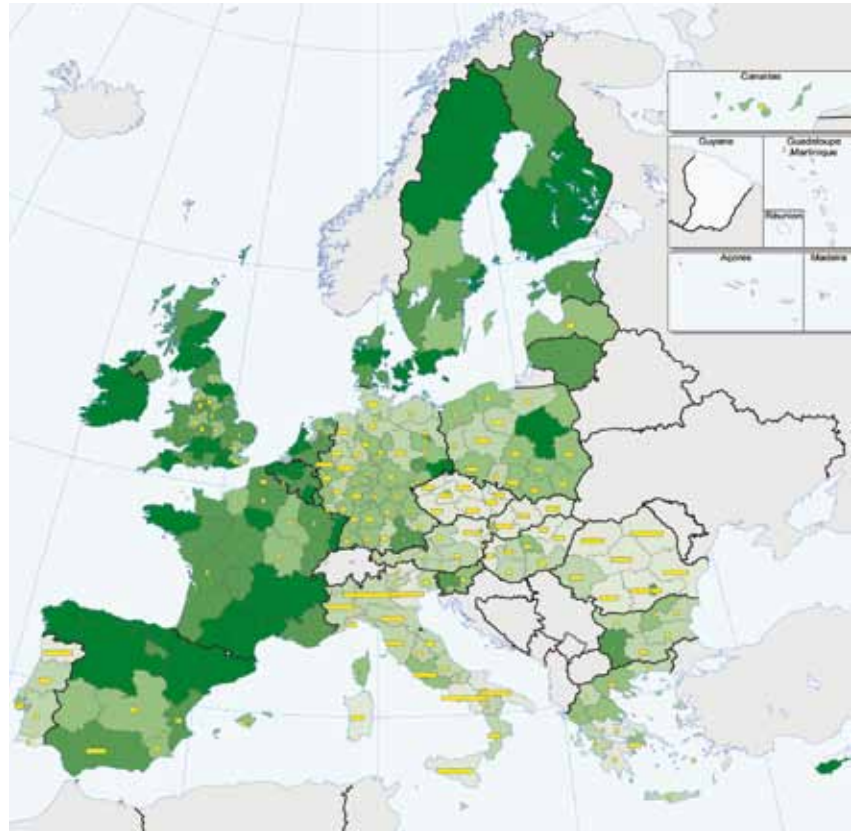
Outro dos indicadores meta para atingir em 2020, em termos dos níveis de educação, é a percentagem de população dos 30 aos 34 anos que tem como habilitações literárias o ensino superior completo.

É possível verificar que, em 2008, a Região Centro era uma das NUTS II portuguesas com maior proporção da população deste grupo etário com ensino superior, posicionando-se acima da média nacional mas com valores ainda aquém da maioria das regiões europeias.

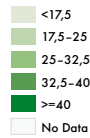
Em 2008, a Região Centro melhorou a sua posição relativa em termos da população dos 30 aos 34 anos com ensino superior completo, tendo apenas Lisboa registado um valor superior ao da Região Centro.

População dos 30 aos 34 anos com ensino superior completo, 2008 (%)

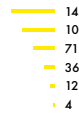
	2008
UE 27	31.1
Portugal	21.6
Norte	16.5
Centro	22.0
Lisboa	30.8
Alentejo	18.3
Algarve	16.4
Açores	10.0
Madeira	16.2



% of population aged 30-34



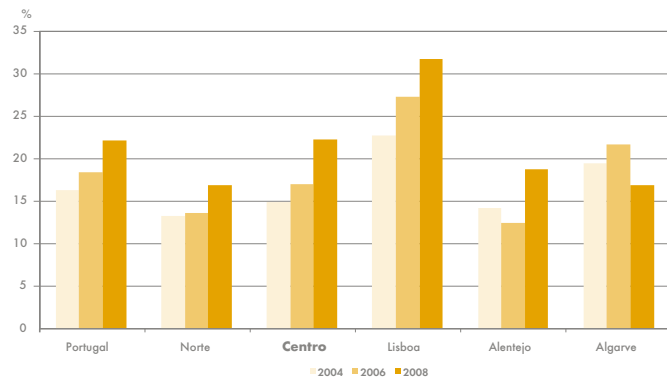
Distance to the Europe 2020 target (thousands of persons)



0 500 km

Fonte: Comissão Europeia, *Investing in Europe's future*.

População dos 30 aos 34 anos com ensino superior completo em 2004, 2006 e 2008 (%)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

O desígnio de alcançar todas as metas estabelecidas na estratégia Europa 2020, e mais concretamente em Portugal através do estabelecido no PNR, implica que sejam desenvolvidas e implementadas iniciativas de acordo com os objectivos estratégicos tais como:

- Continuação numa aposta forte na inovação competitiva: cumprir os objectivos da Agenda Digital 2015 e o Plano Novas Energias;
- Consolidação do Sistema de Inovação: lançar o Plano de Inovação Portugal;
- Aposta forte na I&D e na inovação: instrumentos fundamentais para o aumento da competitividade;
- Conseguir melhor e mais Educação: escolaridade obrigatória até aos 18 anos e reorganização dos serviços de orientação escolar e profissional (para adequação da oferta e procura de emprego); continuação do programa Novas Oportunidades para aumento da qualificação de jovens e adultos;
- Aumento do emprego: com ajuste às necessidades do mercado de trabalho;
- Reorientação estrutural da economia portuguesa: aposta em sectores empresariais associados a bens e serviços transaccionáveis para potenciar as exportações.

Estas medidas mais directamente relacionadas com as metas estabelecidas serão acompanhadas em Portugal de outras a operar ao nível da competitividade e de que são exemplo: o aumento das exportações (favorecer as exportações e reduzir as importações), tendo como objectivo atingir 40% do PIB com origem nas exportações; a concretização de medidas para apoio à internacionalização ou a focalização nas políticas públicas, tornando-as mais eficazes e mais coerentes com o objectivo da mudança da competitividade das regiões e do país.

FONTES

CONJUNTURA

• Enquadramento Nacional

- INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- Inquérito ao Emprego
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores (Base 2008)
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

• Mercado de Trabalho

- INE - Inquérito ao Emprego
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- Índice de Custo do Trabalho (Base 2008)

• Desemprego Registrado

- IEFP - Desemprego Registrado por Concelho – Estatísticas Mensais
- INE - Estimativas Anuais da População Residente (2009)

• Empresas

- Banco de Portugal
 - Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
 - Rácios de crédito vencido das sociedades não financeiras
- INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- COFACE - Serviços Portugal, S.A.
 - Empresas constituídas
 - Acções de insolvência

• Comércio Internacional de Bens

- INE - Contas Nacionais Trimestrais
- Entradas e Saídas de Mercadorias por Secção da Nomenclatura Combinada, tipo de comércio, NUTS II e NUTS III

Secções seleccionadas:

- I – Animais vivos e produtos do reino animal
- IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinhos; tabaco e seus sucedâneos manufacturados
- VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
- VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
- IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
- X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
- XI – Matérias têxteis e suas obras
- XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
- XV – Metais comuns e suas obras
- XVI – Máquinas e aparelhos, material eléctrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
- XVII – Material de transporte

• Turismo

- INE - Inquérito à Permanência de Hóspedes e outros dados na Hotelaria
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)

• Construção e Habitação

- INE - Inquérito aos Projectos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Índice de Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação (Base 2000)
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)

• Preços e Consumo Privado

- INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- Entradas e Saídas de Mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE), Tipo de Comércio
- Boletim Mensal de Estatística
- SIBS - Transacções realizadas em Caixas Automáticas por Município
- Transacções realizadas em Terminais de Pagamento Automático por Município
- ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações
 - Assinantes do serviço de televisão

• Políticas Públicas na Região Centro

- Comissão Técnica de Coordenação do QREN
 - Indicadores Conjunturais de Monitorização: Boletins Informativos 8, 9 e 10
- Autoridade de Gestão do Mais Centro
- Sistemas de Incentivo da Agenda da Competitividade QREN

• POCTEP 2007-2013

- POCTEP 2007-2013 – Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal

DINÂMICAS REGIONAIS NA REGIÃO CENTRO

• Estratégia EUROPA 2020: o posicionamento da Região Centro

Comissão Europeia, *Investing in Europe's future*

- INE - Inquérito ao Emprego
- Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN)

A informação contida no “Região Centro – Boletim Trimestral” do quarto trimestre de 2010 foi recolhida até ao dia 15 de Março de 2011.

